

-----ATA N.º 256-----

----- Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e dezanove, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Mário José Costa da Silva, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Ordem de Trabalhos-----

**1 Período da Ordem do Dia**-----

- 1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara-----
- 1.2 Prestação de Contas 2018-----
- 1.3 Inventário e Cadastro-----
- 1.4 2ª Revisão Orçamental em 2019-----
- 1.5 EDP – Caducidade do Contrato de Concessão-----
- 1.6 Transferência de Competências para a CIRA – Educação-----
- 1.7 Transferência de Competências para a CIRA – Saúde-----
- 1.8 Transferência de Competências para o Município – Saúde-----
- 1.9 CPCJ – Designação de Cidadão Eleitor-----
- 1.10 Relatório de Atividades da CPCJ-----
- 1.11 Relatório de Avaliação da RIVD – Rede de Intervenção na Violência Doméstica--
- 1.12 Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos – Compromissos Plurianuais-----
- 1.13 Relatório de Ponderação da Discussão Pública sobre o REOT e da Versão Final do REOT – Apreciação-----

----- O presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e dez minutos.-----

----- O presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Alexandre Paulo Tavares Machado-----
- Ana Cristina da Silva Tavares-----
- António Augusto Macedo de Cruz-----
- António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----
- António Fernando da Silva Dias-----
- Beatriz Manuel Lourenço Soares-----
- Belmiro Manuel Marques-----
- Carlos Manuel Martins Tavares-----
- Cipriano de Arede Nogueira-----
- Custódio Tavares Pereira de Lima-----
- David da Silva Alves-----
- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----
- Elmano Jorge Ribeiro da Silva-----
- Iolanda Maria Ribeiro Silva Matos-----
- Jorge Manuel Henriques da Graça-----
- José Carlos Ribeiro de Sousa-----
- Júlio Martins Fernandes-----
- Luís Filipe Tavares da Silva Pedro-----
- Mariana Fernanda Martins de Bastos-----
- Mário José Costa da Silva-----
- Natália Fonseca Nogueira-----
- Patrícia Sofia Martins Santos-----
- Paula Cristina Dias Coutinho-----
- Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----
- Pedro Miguel Martins Mendes-----
- Sérgio Soares da Silva-----

- Sónia Marisa Pereira Correia-----  
- Tony Pedro Ribeiro Martins-----

--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-presidente; Maria Elisabete Martins Henriques, Raul Alberto da Conceição Duarte, Paulo César de Bastos Martins, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo e Ricardo Manuel Tavares da Silva, Vereadores.-----

--- Foram registadas as faltas de Ana Maria Tavares Mendes, Edite Bastos Rodrigues e Ana Patrícia Silva Ferreira, que foram substituídos por Belmiro Manuel Marques, Natália Fonseca Nogueira e Ana Patrícia Silva Ferreira, respetivamente.-----

--- O presidente da Câmara Municipal não esteve presente por se encontrar de baixa médica.-----

--- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão.-----

### -----Ordem de trabalhos-----

**1 Ata** – Foi apreciada a ata n.º 255, da sessão de 22 de fevereiro de 2019, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e que foi aprovada, por maioria, com vinte e um votos a favor dos membros Alexandre Machado, Ana Tavares, António Monteiro, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Elmano Silva, Iolanda Matos, Jorge Graça, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Tony Martins; e uma abstenção do membro António Dias que disse *“Na reunião, à minha questão ao executivo Camarário, sobre a falta de respostas aos e-mails e solicitações da Junta de Freguesia de Talhadas, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Sever do Vouga respondeu-me .“O senhor não teve resposta porque não somos obrigados a responder a cidadãos comuns”, e uma vez que isso não consta da ata, abstenho-me.”*-----

O presidente da Assembleia Municipal esclareceu que as atas não tinham de trazer absolutamente tudo que era dito nas reuniões e que era necessário fazer uma resenha, mas que tinham de corresponder àquilo que se passou. Mais disse que nada tinha sido desvirtuado, e que tinham sido fiéis aos assuntos que foram ali discutidos.-----

Os membros António Cruz, David Alves e José Sousa não votaram a ata, por terem chegado à sessão mais tarde.-----

### **2 Correspondência:**-----

O presidente da Assembleia Municipal informou que, da parte da Câmara Municipal, tinha sido dada resposta aos requerimentos apresentados pelo CDS e pelo PSD. Mais informou que, relativamente à comissão proposta pelo PSD, para fazer o acompanhamento da descentralização de competências, esse requerimento tinha sido entregue, mais tarde, à Câmara Municipal, pelo que ainda não tinha vindo a resposta, mas que, assim que ela chegasse, seria entregue aos deputados do PSD. Quanto à correspondência recebida, o presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da mesma, que poderá ser consultada nos serviços desta autarquia:-----

- Ofício da CPCJ, datado de 26 de fevereiro, a solicitar a substituição da cidadã eleitora Ana Paula Tavares Amador Hadden, designada pela Assembleia Municipal em sessão ordinária de 29 abril 2016, por a mesma ter manifestado a sua indisponibilidade para continuar a integrar a referida comissão de proteção na sua modalidade alargada;-----

- Convite da “Fundação Mão Amiga”, para a abertura da terceira edição do projeto “Maneiras de Sever”, que se realizou no CAE de Sever do Vouga no passado dia 2 de março;-----

- Convite da Câmara Municipal de Sever do Vouga para a XVIII Rota da Lampreia e da Vitela, marcando presença na sessão solene de abertura, no XI Capítulo de Entronização da Confraria Gastronómica de Sever do Vouga, na bênção das bandeiras e no almoço confrádico, realizados no dia 3 de março;-----

- Convite da Liga Portuguesa Contra o Cancro (Núcleo Regional do Centro) e dos responsáveis do projeto “Dou Mais Vida ao Tempo”, em Sever do Vouga, para assistir,

no CAE, à cerimónia de apresentação e lançamento desta iniciativa, no dia 10 de março;-----

- Convite do Rotary Club de Sever do Vouga para um “Jantar de Homenagem ao Profissional do ano: LPCC”, com angariação de fundos para a Liga Portuguesa Contra o Cancro, que se realizou no dia 10 de março;-----
- Convite da Severi - Associação Cultural de Expressão Dramática de Sever do Vouga para a sua Gala de Talentos que decorreu, no Centro das Artes e do Espetáculo de Sever do Vouga, no dia 24 de março, e que contemplou, ainda, uma homenagem aos Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga, com a oferta de material diverso;-----
- Ainda no âmbito da iniciativa "Dou Mais Tempo à Vida", convite da equipa “Laços de Vida” de Couto de Esteves para participar num jantar de angariação de fundos para a Liga Portuguesa Contra o Cancro que decorreu no dia 7 de abril de 2018;-----
- da Rede de Intervenção na Violência Doméstica (RIVD) de Sever do Vouga, recebemos, no dia 11 de abril, o Relatório de Avaliação 2017, Plano de Ação 2018 e a ata da sua reunião alargada, que estarão disponíveis para quem desejar consultá-los;---
- Convite da Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga para participar na caminhada pedestre do 10º aniversário da Rota das Laranjeiras, que se realizou no dia 21 de Abril;
- Convite dos presidentes das Assembleias Municipais de Águeda e Vale de Cambra para assistir às comemorações do 44º aniversário do 25 de abril nas suas cidades;-----
- Convite da direção da Associação para a Educação e Valorização da Região de Aveiro (AEVA) e da sua Escola Profissional de Aveiro para uma cerimónia evocativa do 25º aniversário da sua atividade de educação profissional e de valorização do território, que teve lugar no dia 26 de abril de 2018, na sede destas entidades, em Aveiro, a qual foi presidida pela comissária europeia do emprego, assuntos sociais, competências e mobilidade laboral, Marianne Thyssen;-----
- Convite da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga para a cerimónia de tomada de posse do Comandante do Corpo de Bombeiros, que terá lugar no próximo dia 4 de maio.-----

Seguidamente, o presidente da Assembleia Municipal informou que, na sequência das deliberações tomadas na sessão ordinária anterior da Assembleia Municipal, tinham sido enviados ofícios para as seguintes entidades:-----

- Ao Presidente da Câmara Municipal de Sever do Vouga e ao presidente da União de Freguesias de Silva Escura e Dornelas, a propósito da recomendação feita à Câmara Municipal para que, no âmbito das suas competências, e em homenagem ao antigo autarca Nelson Silva, consagrasse o nome deste na toponímia de Dornelas;-----
- Ao Diretor da ACeS do Baixo Vouga, ao diretor da ARS do Centro, ao Ministro da Saúde, a propósito do atendimento complementar do Centro de Saúde de Sever do Vouga;-----
- Ao Presidente do CPCJ de Sever do Vouga, a propósito do plano estratégico e salvaguarda de dados.-----

### -----3 – Período Antes da Ordem do Dia-----

#### 3.1 – Assuntos de Interesse Local-----

----- O presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo e à chamada por ordem de inscrição ou alternada nos termos regimentais.-----

A primeira intervenção foi a de Tony Martins que começou por referir que o dia da liberdade em que se assinalou os quarenta e cinco anos da democracia em Portugal, foi o dia 25 de Abril. Disse serem valores fundamentais dessa democracia e igualdade de direitos que permitem que, hoje, a liberdade de expressão que todos dão como um direito adquirido. Disse não querer deixar passar aquela data sem que a Assembleia Municipal assinalasse, mesmo que simbolicamente, a mesma, pelo que tomou a liberdade de distribuir, pela sala, um cravo, de forma a que todos pudessem refletir e sentir que está nas

suas mãos o futuro das novas gerações. Manifestou o seu desagrado pelo facto de, nem uma referência ou atividade, ter sido promovida, pelo executivo, com vista a assinalar o dia da liberdade, mesmo quando no dia seguinte iria ter lugar o início da Feira Quinhentista, podendo, dessa forma, ter-se encontrado uma solução que englobasse os dois acontecimentos, dada a proximidade das datas. Disse ter constatado, pessoalmente, há cerca de duas ou três semanas atrás, o transbordo de águas residuais pelas tampas de saneamento na zona do Mosqueiro, em Pessegueiro do Vouga, um facto que vinha, uma vez mais, dar razão às preocupações por si explanadas por diversas vezes, desde a anterior legislatura, nomeadamente se, para além da ETAR, (em que foi afirmado que está projetada de forma adequada a servir a população do concelho), o dimensionamento e traçado da própria rede de saneamento estava adequado a essa sobrecarga, uma vez que, pelo que observada, não lhe parecia, por isso, perguntou se o município estava atento àquele problema e se já tinha tomado alguma medida para assegurar que tais situações não voltavam a acontecer naquele, ou, em qualquer outro local da rede. Aproximando-se a época balnear, voltou a perguntar sobre a reposição da Praia do Rodo e reposição dos caminhos inundados pela barragem, lembrando que aquela tinha entrado em funcionamento há, praticamente, dois anos e que aqueles eram compromissos assumidos pela EDP.-----

De seguida, foi dada a palavra a **Diana Paiva** que começou por falar sobre os acordos de execução celebrados entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, que pressupunham o pagamento trimestral do montante acordado, pelos trabalhos executados. Disse parecer, no entanto, por documentos enviados, que existem alguns atrasos no pagamento às mesmas, queremos saber se assim é, e, caso esteja a acontecer, qual o motivo. Assim, pediu informação sobre se os pagamentos às Juntas de Freguesia, pelos acordos de execução, estavam em dia. Disse ter reparado, também, e foi necessário recuar mais de um ano, que não tinham sido entregues os relatórios semestrais de execução das Juntas de Freguesia. Afirmou que, independentemente da posição de ter havido necessidade de celebrar novos acordos, certo é que, os anteriores estavam em vigor e tinham prazos estabelecidos e não tinham sido entregues. Perguntou se tinham ficado esquecidos nalgum serviço ou se a Câmara Municipal nem se tinha preocupado em os exigir. Ainda na situação dos relatórios, voltou a questionar pelos relatórios anteriores de avaliação do orçamento participativo dos anos anteriores, pois tinha feito parte do grupo de trabalho, e considerava que tinha dado muito de si àquele processo, mas tinha ficado a saber que, pelos serviços, era elaborado um relatório de avaliação sobre o orçamento participativo e que o mesmo nunca tinha chegado àquela Assembleia Municipal, apesar dos vários pedidos. Assim, solicitou ao Vice-presidente da Câmara Municipal que se dignasse a remeter àquela Assembleia os relatórios elaborados, ou, a elaborar, sobre os orçamentos participativos lançados anteriormente. Pediu, ainda, a colaboração do senhor presidente da Assembleia Municipal que, já no final do presente ano civil, seja solicitado a todos os grupos a indicação do membro que irá integrar o grupo de trabalho para, no início do ano seguinte, uma vez que haverá sempre dificuldade em conjugar agendas, se possa tratar de todo o processo com a devida antecedência, de modo a, no dia 01 março de 2020, se poder lançar o novo orçamento participativo e que chegue ao conhecimento de todos os municípios, com o devido tempo e não suceda como o presente ano que acabou por ser um “*ai Jesus*” para se conseguir lançar o mesmo.-----

A intervenção seguinte foi a de **António Monteiro**, que começou a sua intervenção por agradecer a resposta, por parte da Câmara Municipal, ao requerimento apresentado, por escrito, por parte do CDS, relativamente aos transportes escolares e, em relação aos transportes escolares, afirmou que, aquilo que resultava, nomeadamente, da informação escrita, da reação que foi, e dos pareceres que existiam, nomeadamente da CCDR-C, era de que é possível ao município suportar a despesa que, atualmente, estava quantificada em dezassete mil, trezentos e sessenta e sete euros. Perguntou ao Vice-presidente da Câmara Municipal quando seria apresentada uma proposta da Câmara Municipal, que assumia aquela mesma responsabilidade, uma vez que lhe parecia que, legalmente, nada impedia

que o município o fizesse. De seguida, disse ter sido feito, várias vezes, o mesmo pedido, ao município, para que esclarecesse o que é que se passava com o Ecocentro para que fosse elaborado um relatório relativamente ao que tinha levado à suspensão daquela empreitada. Disse ter verificado a resposta dada ao requerimento escrito, por parte do PSD, e aquilo que existia era uma folha que nada dizia sobre essa matéria e, assim sendo, o CDS vinha, agora, requerer, por escrito, insistindo junto da Câmara Municipal, através do senhor presidente da Assembleia Municipal, para que a Câmara entregue um relatório à Assembleia Municipal que dê uma explicação cabal de porque razão é que tinha havido uma suspensão do contrato da empreitada e que identifique quem é o projetista da obra e quem foi responsável pelo levantamento topográfico para que se possa, também, apurar, face a esse mesmo relatório, a quem é que vão ser atribuídas as responsabilidades pelo facto de a obra ter sido suspensa, por não ser possível concluí-la fisicamente, face a esse mesmo erro. Relativamente aos problemas graves no serviço de distribuição postal dos CTT em Sever do Vouga, o CDS passou a apresentar uma moção, devido a diversas queixas relacionadas com atrasos no cumprimento de prazos na entrega da correspondência, da devolução de correspondência devolvida. Afirmou que o serviço postal universal deve ter qualidade, nomeadamente, nos prazos de entrega, regularidade e fiabilidade no serviço e, por essa mesma razão, o grupo parlamentar do CDS-PP, na Assembleia da República, dirigiu um requerimento à Anacom, pedindo informação sobre o que se passava com os CTT em Sever do Vouga e a resposta da Anacom era de que, só no mês de março de 2019, tinham sido registadas seis reclamações relacionadas com atrasos reiterados, cobertura deficientes, devolução de objetos postais ao remetente, atrasos na entrega de correspondência, entrega de correspondência na morada errada, extravio de correspondência e horário de funcionamento do posto da estação dos correios. Disse ser importante sublinhar que isto contrastava, por exemplo, com o que se tinha sucedido no ano de 2017, em que houve zero queixas relativamente ao funcionamento dos correios em Sever do Vouga e a Anacom concluía com a sua resposta, depois de explicar que estava a reorganizar e a reavaliar os critérios para a qualidade do serviço, que levaria em conta, na sua atuação, as preocupações manifestadas pelo grupo parlamentar do CDS, no sentido de assegurar a prestação, pelos CTT, um serviço postal de qualidade, em todo o território nacional, estando aquela autoridade disponível para analisar, com maior detalhe, quaisquer outras informações adicionais tidas por relevantes. Por isso, o CDS, através da moção, recomendava, à Câmara Municipal, o seguinte: que encete diligências, junto dos CTT, quer localmente, quer junto do seu Conselho de Administração, de modo a que seja reposta rapidamente a qualidade de serviço das comunicações postais no concelho, esclarecendo a justificação dos CTT assente na existência de moradas incompletas e que assegure, junto da Anacom, a realização de uma maior fiscalização da qualidade do serviço postal em Sever do Vouga, fornecendo-lhe as informações adicionais tidas por relevantes. Disse considerar tratar-se de uma matéria que diz respeito aos interesses do concelho de Sever do Vouga e que cabia aos órgãos municipais de Sever do Vouga defender os interesses do município em ter comunicações postais de qualidade, regulares, confiáveis e atempadas. Passou a entregar a moção ao presidente da Assembleia Municipal.----- De seguida, foi dada a palavra a **Paulo Lourenço** que dirigiu a sua intervenção ao executivo, para falar sobre os trabalhos que se encontram a decorrer, relativamente às faixas de gestão de combustível. Perguntou se o executivo estava a acompanhar as equipas que realizam os trabalhos e questionou qual era o ponto de situação relativamente a notificações e autos. Disse ser certo e sabido que a prevenção se fazia de inverno para o verão e que o tempo até tinha colaborado, o que facilitava o atraso, já assumido, pelo executivo, no entanto, ao passar nas zonas já intervencionadas, e a menos que a lei tivesse sofrido alteração, não via as distâncias entre copas, nem o desbaste em relação ao solo, com as medidas corretas. Disse poderem assegurar que as equipas que realizam os trabalhos tinham a devida formação. Disse não lhe parecer, pois, ao passar na estrada do rio, entre a ponte de Pessegueiro e o Couto de Esteves, ou ao passar na Rua da JAP, ou ao subir do cruzeiro para as Bouças, as árvores roçam umas nas outras em imensos pontos.

Referiu que a zona industrial de Cedrim já tinha sido intervencionada, pelo menos, duas vezes e continuava com imensas árvores no perímetro dos cem metros. Disse saber que a medida é impopular, junto dos munícipes, e, em época de eleições, pior ainda, daí que as referidas equipas apenas cortavam o mato e desbastavam o mínimo, o que até dava jeito aos proprietários e dava uma boa imagem do executivo, mas não era isso que competia, mas sim, cortar o que tiver de ser cortado. Por último, solicitou que, na próxima assembleia, fosse facultada informação em relação ao estado dos trabalhos, bem como ao número de notificações e de autos levantados.-----

Foi dada a palavra ao **Vice-presidente da Câmara Municipal**, que começou por falar em relação à intervenção de **Tony Martins**, dizendo ficar o recado sobre o 25 de Abril e as suas comemorações, embora fosse mais direcionado ao presidente da Assembleia Municipal, e que a Câmara Municipal estava disposta a colaborar no futuro. Sobre a inclusão da feira quinhentista nessas mesmas comemorações, disse que não seria muito próprio, tirando a proximidade das datas. Sobre as águas residuais que transbordam nas tampas, afirmou que a AdRA tem vindo a resolver a situação, como é seu dever e, quando a estação estivesse a funcionar, que se previa para muito breve, esse problema seria resolvido. Quanto à Praia do Rodo, afirmou não existir uma praia, havendo uma zona da confluência e, em sua substituição, seria feita uma área de fruição que arrancaria muito em breve, pesasse, embora, as entidades externas, que ainda não tinham emitido o seu parecer favorável. Quanto à reposição de caminhos, disse pensar que haveria um ou dois que ainda não estavam repostos, nomeadamente um caminho num local que a estrada atravessou e que era complicado, sendo necessário estudar uma solução para isso, mas que a generalidade dos caminhos que constavam nas reivindicações das populações tinham sido repostos. Relativamente à intervenção de **Diana Paiva**, quanto aos acordos de execução, o Vice-presidente da Câmara Municipal informou que, ainda recentemente, tinham sido efetuados pagamentos, e o que houvesse em atraso era consequência do facto de algumas freguesias ainda não terem enviado os relatórios; primeiro, não enviavam autos de medição ou optavam por fazer o calendário das limpezas de acordo com o que eles entendiam ser necessário. Informou que o procedimento era o seguinte: faziam as limpezas, enviavam a informação para a Câmara Municipal verificar e, de seguida, era processado o pagamento. Apelou aos senhores presidentes de junta para que enviassem os respetivos relatórios para serem presentes à Assembleia Municipal. Sobre os relatórios do Orçamento Participativo, informou estarem elaborados, mas que não tinham sido disponibilizados a tempo de serem incluídos nos elementos para a presente sessão, mas que, se Diana Paiva assim o entendesse, em vez de esperarem para a próxima sessão, podiam ser enviados. Dirigindo-se a **António Monteiro**, e sobre a resposta dos transportes escolares, o Vice-presidente da Câmara Municipal afirmou que o parecer da CCDR Centro não dizia que o município podia assumir aquela despesa, mas que aquela entidade tinha “*lavado as mãos*” e tinha remetido esse assunto para a Secretaria de Estado da Educação, onde ainda se encontrava. Informou que, o Diretor de Departamento tinha transcrito um parecer da CCDR Norte, mas que não se tratava de um pedido do município de Sever do Vouga. Disse ser do conhecimento do membro que o município de Sever do Vouga tinha enviado um pedido de parecer à CCDR-C, que não emitiu parecer nenhum, remeteu o assunto para a DGEstE e sugeriu que o município enviasse para a DGEstE Norte, erradamente, uma vez que Sever do Vouga pertence ao centro, pelo que tinha sido enviado para a DGEstE Centro, entidade que remeteu o pedido para a Secretaria de Estado da Educação. Informou que tinha sido enviado, por escrito, outro pedido, cuja resposta se aguardava. Sobre o relatório final do EcoCentro, disse que o documento presente era um relatório financeiro e aproveitou para dizer que, na última reunião de Câmara, também tinha sido levantada essa questão, pelos colegas vereadores, tendo ficado exarado, em ata, e ficado incumbido o senhor Diretor de Departamento de transmitir aos serviços competentes para efetuar esse relatório que poderá, também, ser enviado, o mais tardar, para a próxima sessão. Quanto aos atrasos na distribuição postal, e como já tinha referido várias vezes, o executivo estava muito preocupado, desde o início, e desde o início que

havia queixas, de particulares e de presidentes de junta e, se a Anacom não as tinha registado, era porque não tinham chegado lá. Aproveitou para dizer que, em várias reuniões e em vários contactos com responsáveis, tinha ouvido algumas explicações curiosas, havendo concelhos sem funcionários, e que existiam pessoas contratadas que estavam lá quinze dias e iam-se embora. Mais disse que o governo tinha “*cometido o crime*”, apesar dos avisos na altura de que iria dar no que deu, de privatizar um serviço postal de excelência à população. Quanto à intervenção de **Paulo Lourenço**, o Vice-presidente da Câmara Municipal disse que iria proceder ao envio, por escrito, do resumo dos trabalhos de limpeza das faixas de gestão de combustível. Disse estar a decorrer trabalho de gestão de combustível de forma autónoma e voluntária, por parte dos proprietários, sendo que, às tantas, não respeitavam as medidas. Informou que, no que concerne à envolvente, à faixa dos cinco metros, já tinha sido lançado um concurso, um primeiro, que levou a uma adjudicação, mas que, no dia seguinte, o empreiteiro pura e simplesmente tinha desaparecido, não se sabendo porquê. Mais informou que, o segundo concurso lançado, tinha ficado deserto e que agora entendiam porquê, era pelo facto de as empresas não quererem fazer aquele serviço tal e qual a lei impõe, portanto, o município ia fazendo esse trabalho, havendo uma empresa que estava a fazer quanto às estradas camarárias, sendo evidente que, em casos pontuais, não deixava a distância tal e qual a lei prevê. Finalmente, disse que o executivo tinha optado por ir fazendo o máximo que podia e, essencialmente, orientar a sua obrigação de manter limpa a faixa de gestão pela limpeza à superfície, essa sim, que era mais importante.-----

A intervenção seguinte foi a de **Patrícia Santos**, que leu uma moção da bancada do PSD:--  
*“Moção - Um concelho com Saúde para todos. Sever do Vouga, situado no centro do país, mais concretamente no limite oriental do distrito de Aveiro, o concelho de Sever do Vouga beneficia da proximidade relativa de alguns importantes centros urbanos, nomeadamente Aveiro, Coimbra, Porto e da proximidade de dois dos principais eixos rodoviários portugueses, a A1, que liga Lisboa ao Porto e a A25, via de acesso e de abertura do concelho ao país e à Europa. No entanto, a fraca ligação a estes eixos rodoviários, nomeadamente à A25, aliado à fraca oferta de serviços públicos de cuidados de saúde, faz com que o nosso concelho se encontre isolado, existindo uma necessidade premente de recheiar o concelho de serviços que facilitem o normal funcionamento do concelho, sem necessidade de recorrer a grandes deslocações. Pelo exposto e dado o fraco funcionamento do Centro de Saúde e da inexistência do Serviço complementar de Saúde, a bancada do PSD propõe que seja criado um Plano Municipal de Saúde. Este Plano Municipal de Saúde visa dar resposta e colmatar as falhas existentes no concelho, do Serviço Público de Saúde disponibilizado aos munícipes, pondo em prática uma política municipal de saúde renovada. Importa fazer uma análise minuciosa das necessidades e definir os eixos prioritários estratégicos deste Plano Municipal de Saúde. Este plano deve ser elaborado em parceria com um conjunto de entidades locais ligadas à área da Saúde e assistência social. Salientamos a importância deste programa que vai ajudar a definir uma política de saúde municipal mais concertada e complementar às já definidas por outras entidades oficiais, pondo em prática ações com vista à prevenção da doença e promoção da saúde. Este Plano Municipal de Saúde tem de ser uma realidade através do diálogo institucional que aproxima as decisões da Câmara das reais necessidades da população de Sever do Vouga. Alinhado pelos planos nacionais e locais de saúde, o Município estará assim em melhores condições de criar e proporcionar respostas adequadas às necessidades de saúde da população do concelho. Não podemos esquecer que em 2021 a descentralização de alguns serviços, será uma realidade para todos os concelhos, pelo que torna-se imprescindível trabalhar no sentido de melhor servir a população e os munícipes.”*-----

A moção foi entregue ao presidente da Assembleia Municipal. Lida a moção, Patrícia Santos continuou a sua intervenção dizendo que, na Assembleia Municipal passada, tinha tido a oportunidade de questionar o executivo sobre o Conselho Municipal da Juventude, mais uma vez. Disse tratar-se de um assunto exaustivo quando é algo tão simples de

resolver, mas que, para o município, lidar com o fácil tornava-se difícil, então lidar com o difícil deveria ser uma tarefa impossível. Referiu que a primeira reunião ainda não tinha sido solicitada e perguntou para quando seria a primeira reunião agendada ou se ainda existia algum entrave para que aquele órgão entrasse em funcionamento.-----

De seguida, foi dada a palavra a **António Dias** que alertou para o facto de a Freguesia de Talhadas continuar sem resposta aos e-mails e solicitações enviadas à Câmara Municipal de Sever do Vouga, tais como: a reparação de estradas e caminhos na freguesia; a possibilidade e a disponibilidade da Junta de Freguesia apoiar para se construir um Centro Escolar na freguesia de Talhadas; lombas de sinalização em vários lugares da freguesia; a criação de uma Comissão de Gestão e Acompanhamento para gerir a ampliação da zona industrial atual ou a criação de uma zona industrial nova; o protocolo de delegação de competências, cujos valores devem ter efeitos retroativos, por ter sido negociado em 2018; o novo acordo de execução. Referiu que, nas vésperas das eleições autárquicas de um de outubro de dois mil e dezassete, tinha visto placas, em Talhadas, a mencionar “Calçada da Eira Velha” e que, atualmente, verificava-se ser a única que não foi tinha sido realizada. Perguntou qual a razão e se o município estava à espera da véspera das próximas eleições autárquicas. Terminou perguntando ao executivo por que razão é que não era possível pagar as faturas do lixo na Junta de Freguesia de Talhadas.-----

A próxima intervenção foi a de **Paula Coutinho** que agradeceu a resposta do executivo ao ofício entregue, na última sessão, pela bancada do PSD, mas, continuavam por não responder devidamente a algumas questões, pelo que voltou a colocá-las. Relativamente ao relatório da Rota da Lampreia e da Vitela, questionou qual o impacto para o concelho, qual tinha sido o número de visitantes, qual era a comparação face a anos transatos e quais os custos tidos com o evento, um vez que não bastava um relatório qualitativo, também era necessário e imprescindível haver relatórios quantitativos, pois, só assim se podia obter uma precessão do custo/benefício dos eventos realizados. Afirmou que a sua bancada sempre disse, e continuava a dizê-lo, que tudo que seja para promover e levar a bom porto o nome do concelho era de louvar, no entanto, tinha de haver indicadores que sustentassem a realização de tais eventos, e a assembleia tinha o direito de ter acesso aos mesmos. Ainda sobre a lampreia, perguntou o que tinha sido feito para que a lampreia subisse ao rio e, dessa forma, não houvesse necessidade de a ir buscar fora do concelho. Outra questão que não ficou totalmente esclarecida, porque não tinham respondido à questão levantada, dizia respeito às obras em execução, continuando a faltar a execução física, a referência aos embargos e autos de suspensão, a discriminação dos pequenos troços e largos. Quanto à taxa de execução financeira, disse mencionarem que a mesma é de 05 de maio de 2019 e perguntou se essa data era uma previsão. Mais perguntou qual era o rigor na elaboração daqueles mapas, porque, na informação escrita, a taxa de execução era a mesma e a data era diferente, perguntando se continuavam ao sabor do vento e, se assim fosse, aproveitassem que tinha estado bastante vento para fazer alguma coisa em benefício dos severenses. Sobre o relatório do Ecocentro, disse não terem respondido ao solicitado, por si, e pelos vereadores eleitos pelo PSD, tendo sido apresentado apenas um relatório financeiro, pelo que colocou algumas questões sobre o assunto. Solicitou informação do gabinete que elaborou o projeto, indicando as alterações que estiveram na base da suspensão da obra, de quase três meses, e se tais alterações justificavam o prazo de suspensão. Pediu uma listagem dos trabalhos a mais e a menos resultantes das alterações que, face aos argumentos apresentados pelo empreiteiro, teriam que existir. Solicitou, ainda, a justificação da não apresentação de um novo cronograma de trabalhos após suspensão da obra. Pediu que fosse apresentada uma resposta à questão colocada ao senhor vereador do Pelouro das Obras Públicas, na reunião de Câmara do dia 14 de março de 2018, indicando se garantia que não decorreram obras durante o período de suspensão da obra. De seguida, disse que piscina Municipal tinha sido alvo de várias intervenções da bancada do PSD, na sequência de frequentes e inúmeras queixas que chegavam até si, pelos utilizadores da mesma, nomeadamente do mau cheiro da piscina, das alergias que provoca, do ardor nos olhos de quem permanece fora da água a lecionar, da formação



anormal de espuma, da temperatura da água dos duches, entre outras. Perguntou qual era frequência das análises às águas da piscina municipal e solicitou a apresentação das análises do último ano, conforme já solicitado anteriormente, pois a ideia que dava era de que tinham feito aquelas análises a correr e não existiam mais, tendo sido solicitadas, mas não tinham sido entregues. Mais solicitou os relatórios sanitários. Afirmou que, as análises apresentadas na resposta tinham data de janeiro e fevereiro do corrente ano, mas que existiam e-mails datados de 19 e 24 de fevereiro a relatar o mau estado da piscina e das instalações. Disse ser urgente que haja uma intervenção de fundo naquela infraestrutura camarária. Assim e para não ficar no esquecimento, voltou a entregar, ao senhor presidente da mesa, uma carta a solicitar resposta detalhada às questões levantadas.- Seguidamente, foi dada a palavra a **Luís Pedro**, que falou sobre a celebração de mais de quatro décadas sobre a data em que o povo português se tinha libertado da ditadura fascista, afirmando que, durante quarenta e oito anos, essa ditadura tinha condenado Portugal aos tempos mais negros da sua história. Referiu que, comemorar o 25 de abril não era responder a nenhum ímpeto de saudosismo, mas sim, defender, hoje, os valores e as conquistas de abril, pois, com a revolução dos cravos, o povo conquistou o direito que foi sempre seu, a liberdade. Por isso, comemorar o 25 de abril era defender o direito do trabalho e ao trabalho com direitos, era combater a precaridade do trabalho gratuito, era defender salários, reformas dignas, era defender a liberdade de expressão de organização e de manifestação, era defender a saúde, a segurança social e a educação para todos. Em nome da bancada socialista, lançou o desafio, ao senhor presidente para, no próximo ano, Sever do Vouga não deixar passar aquela data em claro e que assinalasse o 25 de abril. Disse que, a mesma vontade que levou o povo português a combater o fascismo nos anos da ditadura portuguesa era a mesma vontade que os levava, hoje, a defender a liberdade dos direitos democráticos, políticos, sociais e económicos e era a mesma confiança que tinham na luta contra a ditadura, por mais longo que fosse o caminho. Disse ser a mesma certeza de que isto pode mudar, assim que o povo o queira. Viva o 25 de abril.-----

A seguinte intervenção foi a de **Sérgio Soares** que disse ser a segunda vez que ouvia, naquela Assembleia Municipal, o senhor presidente em exercício dizer que a praia do rodo nunca existiu. Disse querer deixar ali esclarecido que, independentemente de, oficialmente, existir, ou não, como praia, a confluência dos dois rios era a zona de lazer que aquela população tinha. Mais disse que estava registado, no estudo de impacto ambiental, e que a sua reposição era uma obrigação legal da Greenvouga, e, pelo que sabia, já tinha havido a atribuição de verbas à Câmara Municipal para a reposição daquilo que tinha ficado submerso. Afirmou que, a forma como o senhor presidente em exercício falava sobre aquele assunto dava a parecer que a Câmara Municipal estava a fazer um grande favor àquela população, mas não estava, estava apenas a repor aquilo que tinha sido retirado àquela população.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Jorge Graça**, que disse querer abordar três pontos, depois de ter ouvido algumas intervenções. Em primeiro lugar, reforçou aquilo que tinha sido dito pelo senhor presidente da Câmara, em resposta à bancada do CDS, por considerar que era um excesso de coragem brutal vir falar dos correios quando, realmente, o partido do CDS tinha sido responsável pela privatização do negócio do CTT. Depois, disse tratar-se de um assunto que afeta o país inteiro, não apenas Sever do Vouga. Sobre a situação dos transportes escolares, disse ter conhecimento de como era constituído o valor dos transportes escolares e pediu perdão se cometesse alguma imprecisão nalguns valores que apresentasse. Fazendo “*umas contas de merceiro*”, disse saber que, quando o seu filho não comprava o passe, pagava € 1,30 ou € 1,60 em cada viagem que fazia, sendo que, o custo de vinte e dois dias seria à volta de setenta e poucos euros e, quando pagava o passe por inteiro, pagava cerca de trinta e cinco ou quarenta euros, dependendo dos dias úteis, o que queria dizer que, cerca de 50% do custo dos transportes escolares de todos os alunos, mesmo do ensino secundário, já estava a ser participado pela Câmara Municipal. Depois, disse existirem mais duas vertentes, os alunos com ação social e os alunos que têm o chamado escalão A, que têm um desconto de cerca de 60% sobre o valor a pagar e o

escalão B que têm um desconto de cerca de 25%. Afirmou que, a medida que tanto defendiam e que era falada ali na Assembleia Municipal, era falada na Assembleia de Freguesia de Talhadas e, ainda, na Assembleia da República. Questionou se aquela medida, para quem falava tanto em injustiça social, era, realmente, socialmente justa, uma vez que, quem não tinha escalão seria beneficiado em cem por cento e aqueles com escalão A ou B seriam beneficiados em apenas quarenta ou setenta e cinco por cento. Perguntou se aquela era a maior necessidade existente no concelho e nas freguesias. Disse ter conhecimento de que havia alunos que iam para as aulas práticas e se não fosse, por exemplo, alguns rendimentos que a associação de pais tinha, se calhar iam fazer observações ao microscópio sem microscópio e medições nos laboratórios de química sem provetas nem pipetas. Questionou se não seria mais prioritário aquele caso do que os transportes escolares. A título de brincadeira, disse para se entenderem quanto às festas e festejos, porque, quando a Câmara Municipal fazia uma festa, estava errado, e quando não fazia, era criticada. Pediu que se entendesse quanto a isso. Disse ter ouvido ali algumas críticas por não se festejar o 25 de Abril, e, depois, uma colega a questionar a eventual importância da Festa da Lampreia. Referiu ser uma honra ter ali políticos profissionais, a tempo inteiro, que nem todas as Assembleias Municipais podiam ter isso, mas que a maior parte dos membros vivia de outras coisas e, embora entendesse que todos fizessem um pouco de política, pediu que houvesse ponderação. Relativamente às palavras do senhor presidente da Junta de Talhadas, sobre a falta de resposta da Câmara Municipal a algumas comunicações, alertou que iriam apreciar a situação do orçamento rectificativo, naquela sessão, onde existe uma verba importante nesse orçamento, estando em causa dois milhões e duzentos mil euros, onde mais de meio milhão de euros será canalizado de forma direta ou indireta para as freguesias, portanto, tratava-se de uma oportunidade que os presidentes de junta teriam para ter mais algumas obras concluídas.-----

**António Monteiro** voltou a fazer uso da palavra para dizer que, quanto à questão dos transportes escolares, parecia-lhe haver uma série de confusões a esclarecer. Disse existir um direito constitucional à escolaridade gratuita, da escolaridade obrigatória, e com a criação dos centros escolares, havia compromissos que tinham sido assumidos de transportar essas crianças gratuitamente. Relembrou que aquilo que tinha sido aprovado ali, naquela Assembleia Municipal, tinha sido uma deliberação a recomendar à Câmara Municipal que esse transporte fosse feito de forma gratuita. Relembrou, ainda, que tinha havido quem colocasse em dúvida quanto é que custaria e, atualmente, esse valor era conhecido, sendo cerca de dezassete mil euros, perguntando se aquele valor era impossível de arranjar para que o transporte escolar fosse gratuito para quem tinha a escolaridade obrigatória. Disse não deixar de ser quase irónico que, quem dizia estar a viver localmente, e que conhecia os problemas, continuava *“a arrastar os pés e a empurrar com a barriga”* a solução para aquele problema e fazia-lo com o pretexto de que tinha enviado para a CCDR-C e não tinha obtido uma resposta. Disse ser verdade que existia uma resposta da CCDR Norte, que afirmava não haver problema. Depois da CCDR-C não responder, foi reencaminhada para a DGEstE e da DGEstE reencaminhada para a Secretaria do Estado. Afirmou que, tinha de tomar aquelas decisões era a autarquia, que era quem exercia essas competências autonomamente, não precisando que *“fosse Lisboa”* a dizer como deve governar, portanto, para umas coisas dizia-se que conhecia os problemas e que se resolviam, noutras, estava-se à espera que *“fosse Lisboa”* a dizer como é que tinha de resolver o problema. Para concluir, relativamente aos CTT, disse ser preciso muita desfaçatez, e pediu desculpa aos senhores deputados do PS, pois os CTT tinham sido incluídos no memorando da troika para serem privatizados e que tinha sido o governo socialista quem inscreveu a privatização dos CTT no memorando da troika e a verdade era que, nunca as coisas estiveram tão más como estavam atualmente e que agora estavam com um governo, também ele, do partido socialista, portanto, estava perfeitamente à vontade para exigir que fossem cumpridas as regras de concessão daquele mesmo serviço. disse não aceitar que sacudissem água do capote e dissessem que a responsabilidade era do PSD ou do CDS, quando quem tinha inscrito a privatização dos CTT no memorando foi quem

tinha levado o país à bancarrota e era exatamente o mesmo partido que governava o município de Sever do Vouga, que foi o partido socialista.-----

Foi dada a palavra ao **Vice-presidente da Câmara Municipal** que referiu o seguinte: ----

A Patrícia vai entregar uma moção, e estaria à espera da mesma para ser analisada, chamando à atenção, que o proposto, conforme pensava, que se não na totalidade, mas de forma parcial já está estaria na Lei 23/2019, quando nesta Assembleia Municipal deliberarmos sobre a aceitação da transferência das competências na área da saúde. -----

Quanto ao conselho municipal de juventude disse que iriam convoca-lo, tendo justificado que ainda não o teria convocado, porque houve entidades que até este dia, não tinham respondido ao pedido de indicação dos seus membros, indicando os partidos ou secções: o CDS/PP, a Juventude Popular, a Juventude Socialista e a Juventude Social Democrática. Mais referiu que o conselho será convocado no momento em que estes partidos ou secções se dignarem responder. -----

Quanto à intervenção de António Dias e a resposta aos e-mails disse, que há momentos e locais próprios para serem tratados os assuntos da câmara municipal e da freguesia. Mas, e mesmo assim, disse que era anómalo virem os e-mails com os endereços dos vereadores, com conhecimento à Junta de Freguesia de Talhadas e com conhecimento a António Dias. Os e-mails enviados quando rececionados são reencaminhados para registo e preparação das respetivas respostas. Estando convicto que foram já preparadas as respostas a dois ou três e-mails rececionados. Quanto às obras disse que eram executadas em função da sua necessidade e geriam-se como o fazia na sua freguesia. Sobre os protocolos da limpeza de valetas sugeriu que viesse ao município para falar e demonstrar que foram realizadas, para ser processado o respetivo pagamento. Em relação ao pagamento de RSU na freguesia, disse que tinha conhecimento que muitas pessoas iam pagar essas faturas nas freguesias, acrescentando que as faturas tinham referência multibanco, podendo os utentes de Talhadas pagar utilizando esse serviço, porque há esse serviço em Talhadas. -----

Quanto ao relatório da Rota da Lampreia e da Vitela disse poder pedir aos serviços que completem o relatório com a informação solicitada, embora o número de visitantes tenha de ser moldado porque o valor real apenas é do conhecimento dos restaurantes, certamente, não disponibilizado aos serviços. -----

Em relação às empreitadas, disse desconhecer que alguma tenha sido embargada, e, as taxas de execução, disse estar disponível na informação enviada aos membros. -----

Sobre a área de fruição do Rodo, disse ser da inteira justiça repor a mesma e, eventualmente, de outros locais. Sobre os transportes escolares, disse que o membro António Monteiro voltou a dizer, erradamente, que a CCDR Norte tinha emitido um parecer, quando não emitiu parecer nenhum. Reforçou ter solicitado um parecer e que ainda ninguém tinha dado uma resposta. Quanto ao parecer da CCDR Norte que o membro tinha invocado e que diz *“parece-nos que, em face dos condicionalismos apresentados, isto é, os poucos recursos económicos de agregados familiares da camada estudantil e tendo em conta a necessidade de combate ao absentismo que se verifica a nível de ensino secundário, ... será perfeitamente justificável a deliberação tomada.”* Disse presumido ter tido sido uma Câmara Municipal que tinha tomado a deliberação de custear, a cem por cento, os transportes escolares e a CCDR Norte tinha entendido que, face àqueles condicionalismos, entendiam que se justificava. Disse ser do interesse do município custear os transportes escolares, mas que tinha de fazê-lo dentro da legalidade e era isso que iria fazer.-----

Foi, novamente, dada a palavra a **Paula Coutinho** para falar sobre aquilo que tinha sido dito por Jorge Graça, quanto ao facto de estarem contra as festas. Disse que a bancada do PSD não estava contra as festas e que o deputado não podia interpretar aquilo que os outros deputados diziam da forma que entendesse. Afirmou que, aquilo que tinham dito era que queriam que o executivo prestasse contas acerca de uma atividade que tinha decorrido no concelho e, como era óbvio, tinham esse direito e o executivo tinha a obrigação de prestar contas. Outra situação que quis esclarecer era a do Conselho Municipal da Juventude, informando que o PSD já tinha informado o nome a quem de

direito e conforme tinha sido solicitado, do representante, e quem tinha assento no Conselho Municipal da Juventude eram os partidos que tinham assento na Assembleia Municipal, portanto, estava esclarecido. Sendo que, na última Assembleia Municipal, só faltava uma entidade dar resposta, perguntou como é que agora surgiam tantas entidades em atraso. Disse ser necessário esclarecer o que faltava, por forma a que comece a funcionar, como acontece noutros concelhos e por ser uma mais valia para a juventude severense e para quem quer e tem o direito de fazer com que Sever do Vouga seja jovem e faça, efetivamente, e verdadeiramente, políticas de juventude.-----

**Sérgio Soares** voltou a fazer uso da palavra para perguntar ao presidente da Câmara em exercício a que é que se estava a referir quando dizia “a praia fluvial só não está feita porque”, pedindo que esclarecesse se havia algum desenvolvimento.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** esclareceu que tinha dito que, embora quisessem ter isso feito, só não o estava por falta de um parecer externo da APA. Quanto ao Conselho Municipal da Juventude, disse que, quando os partidos se dignassem a designar os seus representantes, ele seria, de imediato, convocado.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** confirmou a entrega de duas moções:-----

1 - Moção entregue pelo CDS-PP:-----

“Considerando que,-----  
*Nos últimos tempos vários severenses se têm queixado de problemas graves no serviço de distribuição postal pelos CTT em Sever do Vouga;-----  
Essas queixas resultam, nomeadamente, de entregas fora do tempo, nalguns casos com semanas de atraso, ou não entregues de todo, com devolução das mesmas, sendo que uma das justificações que têm sido dadas aos municípios é a de que as moradas não estão completas;-----*

*O serviço postal universal deve ter qualidade, nomeadamente no que se refere a prazos de entrega, regularidade e fiabilidade do serviço em todo o território nacional, de modo a satisfazer as necessidades de comunicação da população e das atividades económicas e sociais;-----*

*Os atrasos no cumprimento dos prazos de entrega causam graves transtornos e podem até prejudicar de forma irreversível os destinatários da correspondência afetada, sendo que, nos últimos tempos, esses efeitos se estão a fazer sentir especialmente no concelho de Sever do Vouga;-----*

*A Anacom – Autoridade Nacional de Comunicações publicou a 13 de fevereiro de 2019, informação sobre as reclamações relativas ao setor das comunicações, obtidas via livro de reclamações e por reclamações diretas ao regulador;-----*

*Esses dados indicavam que as reclamações sobre o setor postal aumentaram 43,3% em 2018, passando de 16 000 em 2017 para 22 900 em 2018 (mais de 6 900 reclamações).----*

*Os deputados do CDS na Assembleia da República, através do requerimento n.º 47/XIII/4º, requereram à Anacom – Autoridade Nacional de Comunicações, as seguintes informações:-----*

- a) *A Anacom tem conhecimento de queixas de falhas do serviço postal em Sever do Vouga? Se sim, quantas e desde quando?-----*
- b) *Que processos de supervisão da garantia do serviço postal universal estão neste momento em curso e se algum deles incide especificamente sobre o concelho de Sever do Vouga?-----*

*A Anacom informou que só no mês de março de 2019 foram registadas pelos seus serviços seis reclamações, relacionadas com atrasos reiterados/cobertura deficiente, devolução dos objetos postais ao remetente, atrasos na entrega de correspondência, entrega de correspondência na morada errada, extravio de correspondência e horário de funcionamento de posto/estação. De notar que, o aumento das queixas registadas, em especial no mês de março de 2019, contrastam com o sucedido no ano de 2017, em que não houve qualquer reclamação.-----*

*Devemos ter presente que para além das reclamações na Anacom, existirão mais municípios prejudicados que não se terão queixado por escrito, pelo que o problema terá uma dimensão superior à registada naquela entidade.*-----

*E quanto à segunda questão informou ainda que “A Anacom levará em conta na sua atuação as preocupações ora manifestadas, no sentido de assegurar a prestação pelos CTT de um serviço postal com qualidade, em todo o território nacional, estando esta autoridade disponível para analisar com maior detalhe quaisquer outras informações adicionais tidas por relevantes.”*-----

*Cabe aos órgãos municipais de Sever do Vouga defender os interesses do município e dos severenses em terem comunicações postais de qualidade, regulares, confiáveis e atempadas, prestadas pelos CTT.*-----

*Nestes termos, a Assembleia Municipal de Sever do Vouga delibera recomendar à Câmara Municipal o seguinte:*-----

- 1. Que encete diligências, junto dos CTT, quer localmente, quer junto do seu Conselho de Administração, de modo a que seja reposta rapidamente a qualidade de serviço das comunicações postais no concelho, esclarecendo a justificação dos CTT assente na existência de moradas incompletas,*-----
- 2. Que assegure, junto da Anacom, a realização de uma maior fiscalização da qualidade do serviço postal em Sever do Vouga, fornecendo-lhe as informações adicionais tidas por relevantes.”*-----

Colocada à votação, a moção apresentada pelo CDS-PP foi aprovada, por unanimidade, com vinte e oitos votos a favor dos membros presentes.

-----

2 - Moção entregue pelo PSD, cuja leitura foi efetuada pelo membro Patrícia Santos, aquando da sua intervenção.

-----

Colocada à votação, a moção apresentada pelo PSD foi aprovada, por unanimidade, com vinte e oitos votos a favor dos membros presentes.

-----

**Jorge Graça** solicitou o uso da palavra para dizer que a bancada do PS tinha votado favoravelmente a moção do CDS-PP e votava a favor a moção do PSD, para mostrar que, apesar de estarem em maioria, respeitavam as ideias boas. Relativamente à questão do PSD, sobre o plano municipal de saúde, disse considerar a mesma importante porque, com a lei que vai entrar em vigor, mais tarde, ou mais cedo, esse plano iria ter de ser implementado, no entanto, um plano sem os meios para o executar tornava-se desnecessário, então, apelou que a Câmara Municipal, junto da tutela, fizesse os possíveis e impossíveis, como estava a fazer, com certeza, para que as coisas melhorassem dentro do concelho.

-----

Depois de concluídas as intervenções registadas e os assuntos tratados no “Período de Antes da Ordem do Dia”, passou-se ao “Período da Ordem do Dia”.

-----

#### ----- 4 – Ordem do Dia -----

**1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara:** - Foi perguntado, pelo presidente da mesa, à Assembleia, se pretendiam colocar questões, ou se havia alguma dúvida sobre a informação. Aberto um período de intervenções, foram registadas as seguintes:-----

A primeira intervenção foi a de **Paula Coutinho** que disse ter pensado que, ao ler a informação escrita, fosse encontrar alguma informação acerca da Feira Nacional do Mirtilo, uma vez que o evento estava à porta e já muito se ouvia falar sobre o certame de 2019. Disse pretender saber o que tinha mudado face ao ano transato, uma vez que o preço era diferente e o caderno de encargos se mantinha igual, perguntando o que justificava a diferença dos valores. Referiu que, em reunião de câmara de 27 de março de 2019, o senhor Vice-presidente da Câmara Municipal tinha dito que a diferença de preço estava relacionada com o facto de a televisão não vir ao certame, mas se o caderno de encargos se tinha mantido, como é que isso era possível? Sendo Sever do Vouga a Capital do Mirtilo, perguntou quantos hectares de mirtilos eram cultivados em Sever do Vouga, quantos produtores existiam e qual era a percentagem de exportação. Mais perguntou para quando estava previsto um gabinete de apoio ao pequeno agricultor. Ainda sobre o mirtilo, desta feita a Gala do Mirtilo de Ouro, que decorreu no passado dia 6 de abril, e não apareceu na

informação escrita, perguntou o que tinha levado o executivo a tomar a decisão de avançar com aquela gala, naquela data, e quais tinham sido os custos e o retorno para o concelho, uma vez que não tinha existido uma categoria ligada à agricultura ou produção de mirtilo e dos pequenos frutos. Perguntou se não seria relevante integrar, de alguma forma, os produtores de mirtilos que, durante todo o ano, se dedicavam e contribuíam para que Sever do Vouga seja a capital do mirtilo. Disse ser certo que os severenses devem e têm o direito de serem homenageados, porque merecem, mas o município já tinha uma cerimónia de entrega das medalhas de mérito, que ia de encontro àquela gala. Com a sobreposição de galas, perguntou o que pretendiam fazer com a cerimónia de entrega das medalhas de mérito. Alertou para o facto de as árvores que se encontram na ligação de Rocas à Mouta se encontrarem a descair para a estrada, perturbando a circulação. Mais alertou para um combro na estrada principal da Mouta, dentro do lugar, que está a ceder, assim como a estrada do cruzeiro, no lugar da Portela, na freguesia de Rocas do Vouga, que se encontra em más condições, estrada que já foi pedida e prometida, mas que continua igual. Questionou, ainda, a manutenção das infraestruturas públicas, para quando um reforço do gradeamento da ponte Abade Dias Santiago. Relativamente ao site, solicitou que o mesmo contivesse mais informação sobre os serviços do município, ou que o mesmo fosse mais intuitivo, uma vez que tinham chegado, à sua bancada, inúmeras queixas acerca do site da Câmara, inclusive, ainda naquela semana, o site tinha estado em baixo.-----

De seguida, interveio **Pedro Mendes**, que disse ter três assuntos para abordar, sendo que o primeiro estava relacionado com o certificado para acolher empreendedores estrangeiros, obtidos pelo Vougapark. Perguntou se aquele certificado era algo exclusivo da Câmara Municipal de Sever do Vouga e, não sendo exclusivo, que garantia é que o mesmo dava no sentido de captação de empreendedores ou de investimento estrangeiro no Vougapark. Mais perguntou que estratégias pensavam desenvolver, no sentido de se diferenciarem de eventuais concorrentes que, também, tenham aquele certificado. Relativamente aos transportes escolares, nomeadamente às conclusões da reunião do conselho consultivo, solicitou a disponibilização de maior detalhe sobre os resultados daquela reunião. Passou a ler aquilo que estava escrito na informação escrita, *“foi realizada no passado dia 25 de março a reunião do Conselho Consultivo dos Transportes Escolares, da qual resultou uma avaliação positiva sobre o atual funcionamento dos transportes escolares e orientações para o próximo ano letivo de 2019/2020, com a possibilidade de surgir a necessidade de proceder a alterações nos horários escolares, decorrente da implementação no Agrupamento de Escolas, do projeto de autonomia e flexibilização curricular.”* Disse parecer-lhe escasso, ou seja, não conseguia, por aquela informação, perceber quais tinham sido as conclusões da reunião decorrida. Por último, e relativamente à Ficavouga, disse er tido a oportunidade de analisar duas mudanças importantes, uma delas, o encurtar da Ficavouga e, o outro, a suspensão do setor das exposições, perguntando se era possível obterem informações sobre o porquê de deixar de existir a área de exposições, se tinha sido uma opção da Câmara Municipal ou se os expositores, que habitualmente estavam presentes na Ficavouga, por alguma razão, tinham deixado de estar presente e, se a Câmara Municipal, independentemente, sem estar a fazer juízo de valores, se iria assumir a Ficavouga apenas como uma festividade do concelho, dado que as letras tinham um determinado objetivo, nomeadamente feira da indústria, comércio e agricultura e se o nome iria manter-se, por uma questão de marca, ou se iria haver alteração.-----

De seguida, foi dada a palavra a **Patrícia Santos** que disse ser de gratificar o progresso e o empenho em melhorar a informação escrita, estando, atualmente e, francamente, suficiente. Afirmou serem positivas todas as atividades que visavam levar o nome do concelho pelo mundo fora, mas perguntou qual era o retorno palpável, para os habitantes do concelho, eradas atividades todas. Disse querer que ficasse bem claro que a bancada do PSD não é, nem nunca tinha sido, contra qualquer atividade cultural proposta pelo município, mas que era preciso fazer mais e melhor e, para que isso fosse possível, era preciso aprender, ver e inovar. Referiu que, em toda a informação escrita, só a Biblioteca Municipal tinha sido capaz de evoluir. Falou sobre o facto de o Vougapark ter tido uma enorme visibilidade,

mas que estava dependente da Escola Superior de Aveiro e, se aquela falhasse, conseguiria o Vougapark sobreviver, apesar das empresas lá instaladas? Referiu que o turismo sustentável estava assente em muitas candidaturas muito louváveis, por exemplo, a preservação e dinamização turística do património natural e cultural de Sever do Vouga e a valorização do património e recursos endógenos. Disse preocupar-lhe o facto de não conseguirem, sequer, fazer a manutenção das infraestruturas turísticas existentes, estando a ecopista está ao abandono, assim como os miradouros. Mais disse que, ter era muito bom, mas que era preciso saber manter. Sobre a Travessa da Variante de Cedrim, já ali referida na Assembleia Municipal passada, disse saber a razão da suspensão da obra e que a informação escrita referia esse facto, mas, na resposta ao requerimento do PSD, a mesma obra não tinha nada assinalado, o que levantava uma dúvida, a obra estava suspensa desde quando? Referiu que, nas obras a lançar a concurso, surgia a obra de pavimentação da Rua das Eiras, da Rua do Cabo e do Casinho em Rocas do Vouga, mas que ficava a faltar a sequência daquelas ruas, que era a Rua do Outeiro do Curro. Perguntou se a ideia era fazer obra só de uma vez, ou por várias vezes se aquelas obras também iriam ser suspensas porque não se estava a projetar a obra na sua total funcionalidade, ou isso já estava previamente acautelado? Alertou para o facto de, mais uma vez, a estrada da Arrôta aparecer na informação escrita, estando em fase de projeto há mais de um ano, dizendo não saber quando é que ela iria deixar de aparecer em todas as informações escritas. Para finalizar, disse constatar que a Ficavouga tinha perdido algumas valências no nome, porque não iria ter expositores, porque não compensava ter expositores porque eles tinham de ser convidados por favor para irem, porque, se não, eles não iam, portanto, a Ficavouga iria reduzir-se a uma festa, e, então, iria reduzir-se o número de dias, valendo mais haver poucos mas bons do que muitos e fracos.-----

A intervenção seguinte foi a de **Ana Tavares**, que disse não ter recebido, ainda, os relatórios de acompanhamento do novo Centro Escolar realizados pela empresa de fiscalização que tinha solicitado na última Assembleia Municipal, ocorrida em 22 fevereiro 2019. Olhando para a última informação escrita recebida, disse ter verificado que a taxa de execução era de 44,377%, ou seja, o valor apresentado era inferior a 1%, comparado com a informação escrita recebida para a Assembleia Municipal de 22 de fevereiro. Solicitou que explicassem, à Assembleia Municipal, a razão de tão baixa execução e que informassem qual era a taxa de execução prevista para a data, pois só assim conseguiriam perceber qual o real desvio. Agradeceu, ainda, que informassem se estavam previstas penalizações por atraso naquela obra e qual o seu valor. Questionou, novamente, quais seriam as escolas a serem transferidas para o novo Centro Escolar e quando é que isso iria acontecer. Analisando as restantes obras, por exemplo, a obra de reparação de pequenos troços e largos, o final da obra seria 17 janeiro 2019, e, à data de 17 de abril, verificava-se que a taxa de execução rondava os 39% e, também, encontrava-se mencionado que existiam penalizações diárias para aquela mesma obra. Solicitou que informassem qual o valor da penalização diária e se estavam a ser executadas tais penalizações e, ainda, qual era o real ponto de situação das ditas obras. No que respeita à Travessa da Variante de Cedrim, ou o alargamento da pavimentação, como já tinha sido ali falado, solicitou, também, que explicassem qual era o real motivo da suspensão e, também, se a Câmara Municipal tinha assegurado, junto das várias entidades, as penalizações, porque aquela obra mencionava penalizações conforme o atraso.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** fez uso da palavra para responder às intervenções. Quanto à Feira Nacional do Mirtilo, e procurando responder a Paula Coutinho, disse que a informação sobre os hectares dos mirtilos estava a ser monitorizada, o que poderia disponibilizar por escrito. Quanto ao gabinete de apoio ao pequeno agricultor, informou ser um dos serviços que a Agim prestava. Relativamente às mudanças na Feira Nacional do Mirtilo de 2019, informou que, o que tinha ido a concurso não tinha os mesmos encargos do caderno de encargos da feira do ano passado, e, para além disso, a entidade adjudicatária suportava certas verbas que, este ano, não iria suportar, sendo evidente que isso iria aparecer na conta final, com tudo discriminado e explicado, que será

disponibilizado no fim da feira. Quanto à Gala do Mirtilo de Ouro, disse ter sido uma decisão do município e que já tinham sido contactados, há vários anos, anualmente, para realizar o evento, tendo sido resolvido fazê-lo este ano. Mais disse que, se houvesse uma próxima edição, uma das categorias a incluir teria algo relacionado com a atividade ligada ao mirtilo. Disse considerar não haver nenhuma sobreposição entre a Gala do Mirtilo de Ouro e as medalhas de mérito municipal, pois, as medalhas de mérito municipal eram da competência da Assembleia Municipal e tinham um regulamento próprio e não tinha nada a ver o universo dos medalhados com o conceito da Gala do Mirtilo, sendo duas coisas totalmente distintas. Sobre as árvores que estão a ser cortadas nas ruas referidas, disse que realmente teriam de ser cortadas com o afastamento indicado na lei, como também já teve a oportunidade de observar e pediu ao vereador do pelouro que tomasse nota e intercedesse junto do empreiteiro para fazer o trabalho em conformidade. Quanto ao gradeamento na EN 328, em Paradela, informou que o mesmo tinha sido cortado pelo IP a pedido de uma empresa, do concelho, para poder passar lá com um transporte de determinadas dimensões e que implicava aquele corte. Sobre o site do município, informou que o mesmo estava a ser melhorado e reconheceu que não estava na sua plenitude. Dirigindo-se a Pedro Mendes, lamentou não saber esclarecer muito em pormenor e propôs, se assim o entendesse, enviar um memorando sobre aqueles dois temas, exceto da Ficavouga. Sobre o conselho consultivo dos transportes escolares, informou ter sido elaborada uma ata, a qual iria tomar a liberdade de fornecer para esclarecer dúvidas. Quanto à Ficavouga, certame com quase trinta anos, disse haver quem considere estar muito gasto, por isso, tinha sido decidido proceder a uma inovação, uma mudança, sem pretender, para já, tirá-lhe o nome. Mais informou terem contactado expositores que tinham estado presentes no ano anterior e que, quando lhes tinha sido colocada essa questão, tanto iam como não iam, sendo que, caso pretendessem, estaria a porta aberta para os comerciantes que quisessem expor no espaço exterior. Mais disse que, se, para o ano, se verificar que, afinal, havia pessoas que queriam voltar a expor, voltar-se-ia ao formato inicial. Dirigindo-se a Patrícia Santos, e quanto às infraestruturas, informou que a limpeza da ecopista estaria terminada naquela tarde. Sobre a travessa da variante de Cedrim, uma vez que não sabia essas datas de cor, podia dar essa informação por escrito. Sobre a Rua de Rocas, disse julgar perceber o recado, que as vias estavam a ser intervencionadas sem as infraestruturas de água e saneamento, informando que aquelas intervenções tinham sido da vontade dos moradores. Informou que a intervenção seria lançada a concurso, onde estaria incluída a rua que vai dar a volta a seguir ao Calvário. Sobre a estrada da Arrota, informou que a mesma já aparecia no ano passado e que os terrenos tinham sido adquiridos no fim do ano. Dirigindo-se a Ana Tavares, o Vice-presidente da Câmara Municipal pediu que solicitasse, por escrito, o relatório do Centro Escolar, esclarecendo os pontos que pretendia ver esclarecidos em concreto. Sobre a abertura do Centro Escolar, disse não saber, ainda, para quando seria, uma vez que a obra não estaria pronta em agosto, como consta do plano. Relativamente às escolas a serem transferidas para lá, informou não estar, ainda, definido quais. Quanto às penalizações, informou que, de acordo com a lei, o dono da obra pode aplicar uma coima ao executante de empreitadas, sobre cada dia de atraso, mas que isso só poderá ser feito no final.-----

Foi, novamente, dada a palavra a **Ana Tavares** que referiu não saber a razão do atraso na obra do Centro Escolar, apesar de o Vice-presidente ter dito que todos sabiam porquê. Mais disse que, findo o prazo de conclusão da obra, deveria ser da responsabilidade da Câmara Municipal, ou da empresa que fiscaliza a obra, acompanhar as coisas para se evitar as multas e para garantir que a escola estivesse pronta a tempo e horas. Finalmente, referiu que, naturalmente, se surgissem constrangimentos no decorrer da obra, que fossem justificáveis, pediu que a Assembleia Municipal fosse conhecedora dos mesmos.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** disse ter sido já informado, noutras sessões, que a obra estava atrasada por culpa unicamente imputável ao empreiteiro. Informou existir uma empresa de fiscalização externa que informa o município, permanentemente, do estado da obra. Mais disse que o município alertava empreiteiro, semanalmente, sobre



o atraso da obra, mas que não podia fazer mais, uma vez que não existiam mecanismos legais para obrigar o empreiteiro, sendo apenas possível registar os seus atrasos.-----

**Patrícia Santos** voltou a intervir para dizer que existia uma grande diferença entre limpeza e manutenção, pois eram duas coisas distintas no dicionário da língua portuguesa. Referiu ser necessário aprender para fazer melhor para o futuro, pois, a Ficavouga já tinha sido Ficavouga e todos sabiam disso. Mais disse que, a partir do momento em que uma Ficavouga, que era uma feira da indústria, do comércio e de agricultura e que era uma mostra daquilo que havia de bom e de melhor no concelho, tinha uma exposição que ficava longe do recinto da feira, não iria ninguém visitar os expositores, sendo essa uma evidência que, se não se tinha aprendido, já se deveria ter aprendido. Afirmou que, outra coisa impressionante era gastar-se dinheiro em alcatifas quando, depois, não se iriam usar. A nível das obras, o povo até podia querer ter o seu caminho à porta de casa limpo, mas perguntou se era isso que a Câmara Municipal queria, dar caminhos novos às pessoas ou dar-lhes as valências totais.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** retomou o uso da palavra para dizer que não podiam dar o impossível, ou seja, o município estava impedido de investir o que quer que fosse em água e saneamento, sendo isso da responsabilidade das entidades gestoras. Informou que era da responsabilidade do município dotar as ruas dos lugares e freguesias do concelho de melhores condições de acessibilidade e que o executivo quer fazê-lo, aliás, como pedem os senhores presidentes de junta, e muito bem, desde que haja disponibilidade financeira. Disse saber perfeitamente que a limpeza era diferente da manutenção, mas que a manutenção também era feita e implicava outros procedimentos, informando estar prevista uma empreitada de manutenção para a Ecopista. Quanto à alcatifa, informou ter sido adquirida no ano passado e que iria ser colocada no mesmo local, sendo que iria durar para o atual ano e para mais um ou dois anos, no mínimo, por ser de alta qualidade.-----

**1.2 Prestação de Contas 2018:** - Foi dada uma breve explicação pelo Vice-presidente da Câmara sobre os documentos referentes à Prestação de Contas do ano económico de 2018, elaborados no uso da competência cometida à Câmara Municipal através da alínea i), do n.º 1, do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Seguidamente foi aberto um período para apreciação dos documentos e proposta relacionados com a Prestação de Contas de 2018.-----

Foi dada a palavra a **Tony Martins**. Referiu que, após análise dos documentos, concluía que a fraca taxa de execução da despesa contrastava com a taxa de execução da receita, e que, aquele tipo de opções revelava a falta de ambição do executivo no investimento em infraestruturas que realmente criem valor e riqueza para o concelho. Salientou que as contas apresentadas e disponibilizadas pelo executivo refletiam a política central de cativações. Afirmou que o sentido de voto da bancada do PSD seria o da abstenção, mas que iriam ser exigentes, caso se continuassem a verificar fracas taxas de execução.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **António Dias** que disse pretender ver esclarecidas duas ou três dúvidas. Enunciou a Rúbrica Circulante – Existências no Ativo Bruto, a conta 36-386 Matérias-Primas, com um valor de € 24 197,01, e a 32 Mercadorias com um valor de € 186 556,13, ou seja, um total de € 210 753,14 em ativo bruto. Referiu a Demonstração de Resultados – Custo Matérias Vendidas e Matérias Consumidas, com uma subcategoria Mercadorias no valor de € 14 867,62 uma subconta Matérias, no valor de € 59 188,44, totalizando em € 74 056,06 e, ainda, nos Proveitos e Ganhos, Venda de Produtos, com um total de € 44 195,13. A minha questão é a seguinte: se a Câmara Municipal compra matérias primas e mercadorias depois vai vender produtos, a minha questão é esta, se compra mercadorias vende mercadorias, se compra produtos vende produtos, portanto, aqui alguma coisa se passa. Sobre as festas constantes do mapa 3.2.18, disse ter-se admirado com o valor de € 24 000,00 para a realização do Festim e, ainda, com o valor de € 23 290,00 com a feira quinhentista. Perguntou se não haveria, eventualmente, dinheiro para promover, na Ficavouga, as pessoas que tinham estado na feira quinhentista, com as suas tendas de artesanato. Disse considerar ser muito dinheiro para as atividades e que o seu sentido de voto iria ser o da abstenção.-----

A próxima intervenção foi a de **António Monteiro** que referiu a chamada de atenção, por parte do revisor de contas, sobre o facto de não existir qualquer garantia de que o documento correspondia à realidade, tratando-se de um problema em muitos municípios, mas que se mantinha como sendo um problema em relação a Sever do Vouga. Afirmou ser necessário proceder a uma avaliação política daquele ano de mandato, face àquilo que tinha sido as promessas feitas pela Câmara Municipal, no orçamento, e no plano de atividades, se as tinham cumprido, ou não. Disse ter constatado que não as tinham cumprido, que não tinham conseguido alcançar os objetivos a que se tinham proposto, sendo tanto mais evidente naquilo que dizia respeito à falta de investimento, que resultava dos atrasos das várias empreitadas, com particular ênfase no Centro Escolar, mas, também, naquilo que eram as prioridades do município. Mais referiu haver menos dinheiro, nas transferências correntes, para as famílias, se bem que menor nas transferências correntes para as freguesias e que, quando comparado com as despesas correntes, as despesas com as festas que, na realidade, não era, na maior parte das vezes, comprovadamente reprodutivo e que tinha motivado várias pedidos de explicação, por parte do CDS, relativamente à avaliação que era feita dessas mesmas atividades. Finalmente, afirmou que o documento era a comprovação da incapacidade da atual Câmara Municipal em cumprir aquilo que tinha proposto fazer ao longo do ano de 2018.-----

Foi dada a palavra ao **Vice-presidente da Câmara Municipal** que se dirigiu a **Tony Martins** para dizer que o executivo não tinha uma política de cativações. Afirmou que, se não tinha sido atingida uma taxa de execução mais elevada, não tinha sido por cativar verbas, mas pela questão do andamento de certas obras que constavam de candidaturas aprovadas e que, por um motivo ou por outro, não tinham a execução que pretendiam, dando o exemplo do Centro Escolar, por atingir um montante elevado e por ser a maior obra em curso. Referiu que algumas das obras do PARU ainda estavam em fase de projeto e que apenas uma se encontrava concluída. Mais informou que a obra de continuação do parque de estacionamento, na antiga serração, da segunda fase das obras do PARU, já estava adjudicada e que estavam a ser recebidos os projetos do largo da feira de São Mateus, da zona ribeirinha e do largo da feira. Informou, ainda, que, no âmbito da eficiência energética, a obra de remodelação da piscina municipal já estava na fase de projeto. Dirigindo-se a **António Dias**, informou que o Festim era um evento financiado pela DGArtes e protocolado com a associação cultural D'Orfeu, para poder proporcionar aos severenses espetáculos musicais que, se não fosse através de protocolo, não os podiam contratar, porque vinte e quatro mil euros não davam, sequer, para um dos grupos que atuavam. Quanto às contas, disse que podia fazer-lhe chegar uma resposta por escrito. Dirigindo-se a **António Monteiro**, o Vice-presidente da Câmara Municipal disse que o inventário era recorrente e que iam tentando fazer o melhor que podiam, ano estando a cem por cento, mas que havia vários aspetos que explicavam a situação e que o próprio auditor reconhecia a melhoria. Referiu existirem duas vertentes, os bens adquiridos nos anos mais recentes estavam todos devidamente legais, descritos no Registo Predial e inscritos a favor do município e, quanto ao património, havia aquisições de há décadas que não estavam registadas, por ainda não vigorar o registo predial obrigatório, mas que esse trabalho estava a ser feito através de escrituras de justificações, até chegar à totalidade. Mais disse que, para o auditor externo, só contava para o inventário os bens devidamente inscritos na Conservatória do Registo Predial. Sobre a falta de investimento, disse não ser possível investir sem os instrumentos legais que o permitam, estando isso plasmado nos orçamentos e nos planos. Quanto às candidaturas, disse que, por vezes, era um tempo infinito para virem aprovadas e que isso refletia nas contas, assim como o lançamento de concursos, os empreiteiros e as execuções, mas que, ainda assim, privilegiavam os apoios às freguesias e às famílias, também. Afirmou haver uma política de apoio às famílias que muitos municípios deviam ter e não tinham. Com uma execução total de 88,4%, lançou um repto para que corressem os municípios, ali ao lado, e vissem qual era a taxa de execução. De seguida, disse que, dentro de todos os condicionalismos, aquele relatório demonstrava uma boa gestão corrente e um equilíbrio orçamental quase excelente, tendo sido elaborado com

rigor e de acordo com as normas, tal qual reconhecia o auditor externo, e que demonstrava um desempenho político que refletia aquilo que tinha sido aprovado, em termos de orçamento e das grandes opções do plano, que, por sua vez, refletiam o plano plurianual de investimentos e o plano de atividades que tinham sido conseguidos em percentagens muito significativas e que lhe aprazia ali registar.-----

Foi dada a palavra a **António Dias** que disse ter reparado que, no quadro das transferências de capital não havia qualquer valor destinado à freguesia de Talhadas e, das duas uma, tratava-se daquilo que tinha dito no período de antes da ordem do dia, ou repunham aquele dinheiro porque, no fundo, a freguesia de Talhadas não tinha culpa, portanto, não podia pagar por causa de uma eleição. Disse não existirem os tais dezassete mil euros para os transportes escolares, mas que existiam € 256 970,64 para a Ficavouga, para pagar, maioritariamente, a artistas de fora, e, ainda, € 203 471,60 para a Feira Nacional do Mirtilo. Afirmou não ser contra as festas, feiras e romarias, mas que existem limites e que, em termos percentuais, aqueles valores traduziam-me em € 460 000,00 do orçamento da Câmara Municipal, sendo muito dinheiro no orçamento do município, e que iria votar, eventualmente, em função do seu partido.-----

De seguida, foi dada a palavra a **Jorge Graça** que disse estarem a falar de uma prestação de contas que tinha de refletir, ao fim e ao cabo, o que lhe tinha dado origem e, se não houvesse nenhuma dotação para a freguesia de Talhadas, ou outra freguesia qualquer, no ano de 2018, ela não pode lá estar. Referiu que, na prestação de contas, estavam a falar do que era o passado e dúvidas sobre a aprovação da prestação de contas, achava que não deviam haver, pois eram contas auditadas por um organismo oficial e creditado para o efeito. Afirmou que, por aquilo que tinha sido ali falado, por alguns colegas deputados, não tinha sido apontado nenhuma falha, em termos de conteúdo, tirando o senhor deputado António Monteiro, que tinha apontado uma falha, digamos assim, da prestação de contas, que, também, era comum em muitos municípios, e que, para si, em tudo, era muito mais importante o conteúdo do que a forma. Disse ter tido a oportunidade de consultar o município de Águeda e que as suas taxas de execução eram muito mais baixas e que ouvia criticar, ali, que o executivo era pouco ambicioso, sendo que, às vezes, a taxa de execução ficava um bocado abaixo daquilo que seria desejável e expectável e criticavam porque, eventualmente, tinham andado a fazer cativações, ou não tinha havido investimento. Mais disse reconhecer e enaltecer o sentido de responsabilidade manifestado pelas bancadas do PSD e do CDS com o seu pré-anúncio de que se iam abster e, com essa abstenção, viabilizar aquele ponto, apelando a que se mantivesse.-----

Voltou a ser dada a palavra a **António Monteiro** que afirmou haver a obrigação de para o relatório politicamente e não só tecnicamente. Disse ter perguntado, nomeadamente em relação à questão das transferências para as famílias, porque é que havia um corte de 69%. Falou, também, da diminuição de verbas para as freguesias e que, olhando para o juízo político, para as prioridades que tinham sido dadas pela Câmara Municipal, àquilo que deveria ser o investimento do concelho, não podia deixar de constatar que essas prioridades não estavam a ser alcançadas. Disse lembrar-se, aquando da discussão do orçamento, pela segunda vez, de ter chamado a atenção para a tal questão dos cinco euros, havendo inúmeras obras que tinham sido prometidas, dezenas de vezes, mas que não eram realizadas por falta de verba orçamentada. Referiu que, praticamente toda a verba tinha acabado por ser concentrada no Centro Escolar, cujo atraso não permitia a execução da verba, e, ao mesmo tempo, não permitia o envio da verba da União Europeia para complementar esse mesmo investimento, havendo o resto do investimento todo condicionado, por uma questão de gestão. Referiu que, ao ouvir as explicações do senhor presidente da Câmara em exercício, tinha achado que ele estaria, pela primeira vez, a exercer essas funções enquanto vereador ou enquanto substituto do presidente da Câmara Municipal e perguntou há quantos anos é que o PS governava aquele município? E agora é que tinham descoberto que os concursos não corriam sempre com a velocidade que se desejaria? Afirmou que a responsabilidade por não estarem a alcançar os seus objetivos era exclusivamente deles. Referiu o facto do não ter sido dado cumprimento à deliberação

aprovada, relativamente à gratuitidade do transporte escolar. Afirmou ser importante clarificar como é que tinham dado cumprimento às suas prioridades, por verificar que isso não estava a ser alcançado.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** retomou o uso da palavra para dizer que as festas constavam de um plano de atividades que tinha sido aprovado pela Assembleia Municipal, portanto, ao realizar-se essa atividade, estavam a cumprir aquilo que tinham prometido, nem mais, nem menos e que não era por isso que deixavam de custear outras atividades e outros investimentos. Sobre a Ficavouga, informou que noventa por cento dos artistas eram do concelho e que todas as coletividades do concelho, recreativas e culturais, tinham participado nesse evento. Sobre a *pseudo* falta de investimento para as famílias, informou tratar-se de uma mudança na inscrição da rubrica, sendo que, antes, eram classificadas em transferência para as famílias e, agora, as refeições escolares saíam por compras, que representavam um grosso da fatia dos apoios à família, tinham mudado de classificação por rubrica, por imposição do auditor, portanto, induzia em erro, pois, o membro António Monteiro tinha visto os números mas não tinha visto a explicação que estava logo em baixo do quadro, portanto, era uma questão de ler essa nota.-----

Foi, novamente, dada a palavra a **Tony Martins** para esclarecer que, quando tinha falado em cativações, tinha-lo feito como um elogio, dizendo ser uma estratégia, tão válida como qualquer uma e perguntou se, realmente, existia alguma estratégia, ou não, uma vez que o Vice-presidente considerou não haver uma estratégia de cativações. Referiu, ainda, que, normalmente, havia sempre planos “B”, mas que o orçamento estava cheio de planos “B”, no sentido de que havia muitas inscrições com rubricas de cinco euros que podiam ser utilizadas quando alguma coisa falhava.-----

**Jorge Graça** voltou a intervir para prestar um esclarecimento adicional, porque, efetivamente, se calhar havia ali pessoas que não conheciam o que se estava a passar no concelho, pois, no ponto do apoio às famílias, se calhar não tinham noção de que o número de alunos, no concelho, estava a diminuir e, só por si, se a verba se mantivesse, queria dizer que, proporcionalmente, o executivo estava a investir, cada vez mais, nessa área.-----

Dirigindo-se a Tony Martins, o **Vice-presidente da Câmara Municipal** explicou que tinha sido o PSD a usar o termo “cativações” e que tinha entendido que aquele partido tinha querido dizer que o executivo estava a guardar verbas para não as investir, o que era uma falsidade.-----

**António Dias** voltou a intervir para dizer que, uma vez que o auditor não tinha validado o inventário, a classe três poderia estar incorreta, portanto, iria votar contra.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** disse tratar-se apenas de uma reserva, o que acontecia em todos os municípios, sendo que, uma coisa era não validar e outra coisa era colocar reservas e explicar porquê.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** colocou este ponto à votação, tendo o órgão deliberativo aprovado, por maioria, os documentos da prestação de contas de 2018, tendo sido obtido o resultado seguinte:-----

**Catorze votos a favor** – Alexandre Machado, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Custódio Lima, David Alves, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Sónia Correia.-----

**Nove abstenções** – António Cruz, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

**Cinco votos contra** – Ana Tavares, António Dias, António Monteiro, Natália Nogueira e Pedro Mendes.-----

**1.3 Inventário e Cadastro:** - Foi dado conhecimento ao órgão deliberativo dos bens que constam no inventário do ativo patrimonial deste município. A Assembleia Municipal apreciou o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, como determina a alínea l), do n.º 1, do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Foi dada a palavra a **Paulo Lourenço**. Relativamente ao ponto em apreço, referiu que, apesar de haver um funcionário afeto ao armazém, o controlo efetuado não era o mais

rigoroso, como se desejava e que, o auditor referia, no seu relatório, que não conseguia quantificar, uma vez que não se sabia tudo o que existia e onde se encontrava. Disse que, para essa situação, não era alheio o facto de o armazém não ser num local único, mas sim disperso pela Gândara, pela zona da penica junto a Nacional 328 e pelo armazém, propriamente dito. Referiu que a sua bancada, já em assembleias anteriores, tinha solicitado e proposto a criação de um armazém único para permitir um melhor controlo dos bens e matérias e poupar, também, nos meios e tempo de deslocação entre os diversos locais.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** afirmou ser desejável a criação de um armazém único e que era uma preocupação do executivo tentar rentabilizar todo o serviço de armazenamento das matérias e dos bens móveis, mas que não existiam terrenos “*à mão de semear*” para adquirir. Sobre as contas, afirmou que a grande reserva que podia, eventualmente, influenciar as mesmas, eram os ativos imóveis ou os bens imóveis, que estavam subavaliados e quando estiver feita a reavaliação viriam para o valor real e as contas melhorariam.-----

**1.4 2ª Revisão Orçamental em 2019:** - Foi, pelo Vice-presidente da Câmara Municipal, apresentada a 2ª Revisão Orçamental, e, aberto um período de intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----

A primeira intervenção foi a de **Tony Martins** que disse ter analisado os documentos apresentados e que existia um saldo de gerência de € 2 133 823,23, que transitava do orçamento do ano de 2018 para 2019 e, uma vez que as verbas existiam e estavam disponíveis, o município podia e deveria ter aplicado esse saldo, ou parte dele, noutros projetos, durante o ano de 2018, lembrando as rubricas de cinco euros, mas que tinha entendido não o fazer, por uma decisão que só podia ser política, o que levava a crer que havia uma estratégia de cativações e de adiamento da execução das obras constantes no Plano Plurianual de Investimento para que, em 2021, ano de eleições autárquicas, esses fundos estejam disponíveis para o lançamento dos projectos prometidos aquando do último ato eleitoral, mas que não tinham visto a luz do dia durante o mandato atual e davam a sensação aos munícipes de que estavam a “*fazer obra*”. Disse considerar que, tal estratégia era eleitoralista, com prejuízo evidente no desenvolvimento do concelho, uma vez que o adiamento da execução dos projetos, muitos deles urgentes e cuja execução já levava umas décadas de atraso, era incentivo para que, cada vez mais pessoas se sentissem levadas a abandonar o concelho em detrimento de outros, cujas infraestruturas, serviços e equipamentos estivessem já em utilização. Mais disse ser importante dar prioridade ao investimento e reforçar o orçamento das freguesias, pois eram elas que conheciam, em primeira mão, as reais necessidades dos fregueses. Terminou, dizendo que o sentido de voto da bancada do PSD, assim como dos colegas vereadores, seria o voto contra, pois considerava que, com aquela política de cativações, não estava salvaguardado o superior interesse do concelho.-----

De seguida, foi dada a palavra a **António Monteiro** que disse verificar, no documento em apreço, a dificuldade da atual Câmara Municipal, em estar à altura dos desafios que propunha a si própria, afirmando que, se a cativação não tinha sido intencional, tal baixa capacidade de execução resultava da falta de agilidade e falta de concretização daquela maioria. Disse que, apesar de fazer sentido fazer a integração do saldo de gerência para permitir que fosse feito investimento no município, não podia deixar de registar o reforço de verbas, em matéria de investimento, que dificilmente será possível concretizar no presente ano. Afirmou que, depois de dois anos em que não tinham conseguido concretizar os investimentos a que se tinham proposto, não conseguia acreditar que viessem a cumprir aquilo que diziam vir a executar. Assegurou que iriam conseguir gastar o dinheiro em eventos musicais, culturais, desportivos, afins, nas festas, e, na repartição das verbas destinadas à despesa corrente com as festas, ou aquilo que é investimento, disse não ter a menor dúvida de que iria haver execução na despesa corrente e nas festas. Referiu que, dali um ano, estariam a avaliar isso mesmo e que chegariam à triste conclusão que, mais uma vez, não tinham conseguido alcançar. Por isso, disse considerar que só faria

sentido aprovar a revisão orçamental e a integração do saldo se a maioria chegasse a entendimento com as juntas de freguesia, para garantir a concretização dos investimentos e que as obras de proximidade fossem, efetivamente, feitas, devendo isso ter sido objeto de negociação com as juntas, portanto, faria sentido que a reafectação de recursos fosse feita de forma partilhada e negociada entre todos, estando isso na mão da Câmara Municipal fazer.-----

A intervenção seguinte foi a de **Jorge Graça** que apontou a incoerência da postura de outros membros com o sentido de voto, ou seja, havia ali algumas indicações de eleitoralismo, quando ainda faltavam dois anos e meio das próximas eleições autárquicas. Em relação à acusação de cativação, ou de outra forma de segurar o dinheiro, afirmou que, em anos anteriores, tinha transitado um valor mais elevado e que era uma incoerência, da parte dos membros, porque acusavam o executivo de, ao fim ao cabo, reter verbas. Afirmou que, a consequência de um chumbo, naquela Assembleia Municipal, era que aquele valor, que agora estava disponível para ser investido, ficava cativo até nova revisão orçamental. Disse saber que podiam discordar, mas quem tinha a responsabilidade de fazer aquela repartição era o executivo e, a verdade era que, os severenses, na sua maioria, tinham dado a sua confiança política àquela Câmara Municipal, portanto, deixassem-nos governar e, depois, o povo, a seu tempo, faria o seu julgamento. Mais disse que, feitas bem as contas, das verbas, mais de meio milhão, com certeza, seriam transferidos para as freguesias, de forma direta e indireta e pediu que ponderassem se era melhor que aquele dinheiro fosse aplicado, ou que ficasse cativo até nova decisão.-----

Foi dada a palavra ao **Vice-presidente da Câmara Municipal** que rejeitou, liminarmente, a acusação gratuita de que o executivo estaria a pensar nas eleições. Referiu não se lembrar de ter havido um executivo que não transitasse com saldo maior ou menor, nem ali, nem em lado nenhum e que, se soubessem de algum caso, para o dizerem. Disse que, embora não tinha sido possível uma execução superior, cujas razões tinham sido explicadas, havia, ainda assim, uma excelente execução, tal qual as contas aprovadas demonstravam e das quais se orgulhava. Mais disse que o documento apresentava uma boa gestão, pois havia uma espécie de almofada e que o saldo de gerência era inferior ao do ano anterior, em cerca de trezentos mil euros. Sobre a afirmação de que era necessário reforçar o investimento nas freguesias, o Vice-presidente disse ser precisamente isso que estava a ser proposto, pois, lido bem o documento, constatava-se que estava proposto atribuir às freguesias cerca de setecentos mil euros, de forma direta e indireta. Pediu que explicassem o que é que estava mal no quadro, quer no plano plurianual de investimentos quer no plano de atividades. Afirmou que, se os membros entendessem não aprovar a revisão orçamental, aí é que iria haver coisas que iam ficar por fazer, pois, o que não tivesse verbas suficiente para o que estava orçamentado, não seria feito. Sobre a realização de eventos culturais, disse não perceber o ponto de vista dos membros, pois, quando falavam em eventos culturais, diziam não ter nada a ver com as festas e, depois, frequentavam-nas, mas, depois diziam que faltava dinheiro para isto e para aquilo. Pediu que houvesse mais coerência, ou eram contra ou eram a favor. Afirmou não entender qual o problema, uma vez que as festas constavam do plano de atividades, aprovado em assembleia. Referiu, ainda, que o reforço orçamental também era para a iluminação pública no centro da vila, para a instalação do posto de carregamento elétrico, para a conservação dos caminhos e percursos pedestres municipais que estavam a precisar de intervenção, ou seja, por ali, deviam levar um milhão de euros e, se entendessem que isso não era investimento, quer dizer, por um lado, acusavam-nos de falta de investimento, por outro, não queriam que se investisse, era a coerência dos membros, ficando ao critério deles essa decisão.-----

#### **Deliberação:**-----

Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, a 2ª Revisão Orçamental, correspondente à 5ª Modificação, com um reforço da receita e despesa no valor de € 2 208 000,00 (dois milhões, duzentos e oito mil euros)).-----

**Quinze votos a favor:** Alexandre Machado, António Cruz, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Custódio Lima, David Alves, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Sónia Correia.-----

**Treze votos contra:** Ana Tavares, António Dias, António Monteiro, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Elmano Silva, Natália Nogueira, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

**1.5 EDP – Caducidade do Contrato de Concessão:** - Analisada a proposta apresentada pela Câmara Municipal, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor dos membros presentes, a denúncia do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, com a EDP.-----

**Diana Paiva** fez uso da palavra para dizer que considerava que proceder à denúncia do contrato, respeitando a antecedência, era bom, no entanto, gostaria de saber quais eram as condições anteriores, pois essa informação não tinha sido transmitida. Afirmou que seria bom renegociar, ou, proceder a uma nova negociação com novos operadores, mas, desde que, efetivamente, se conseguissem melhores condições, principalmente, o preço, o que não se conseguia saber.-----

**1.6 Transferência de Competências para a CIRA – Educação:** - Foi presente uma proposta da Câmara Municipal relacionada com a deliberação tomada pelo Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), na sua sessão ordinária realizada no passado dia 18 de março de 2019, sobre o processo de descentralização, na área da educação. Aberto um período para intervenções, pelo presidente da Assembleia Municipal, foram registadas as seguintes:-----

Foi dada a palavra a **António Monteiro** que disse querer deixar claro que, sendo o CDS a favor da descentralização de competências no município, considerava que aquele pacote de descentralização estava coxo, uma vez que lhe faltava informação sobre o seu financiamento e sobre os meios a disponibilizar, quer para os municípios, quer para as comunidades intermunicipais. Disse tratarem-se de matérias particularmente importantes, tais como, os fundos comunitários, o combate ao abandono escolar, a definição da oferta educativa dos cursos profissionais. Disse não querer deixar de notar, mais uma vez, a matéria de transporte escolar, uma vez que estava a ser proposto que a CIRA também colabore no parlamento intermunicipal na rede de transporte escolar. Afirmou que a sua intervenção vinha, exatamente, no sentido de dizer que, sendo a favor da descentralização, considerava que aquele processo estava seriamente incompleto e, por isso, compreendendo aquilo que se procurava alcançar com aquela proposta, o máximo que o CDS poderia fazer era viabilizar a mesma ao abster-se, uma vez que, pela falta do envelope financeiro e toda a informação nessa matéria, não poderia votar a favor.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** informou que a Câmara Municipal tinha concordado com a proposta apresentada, pelo facto de a CIRA já se encontrar a desenvolver as competências referidas, através da oferta educativa e do plano de combate ao insucesso escolar.-----

**Deliberação:**-----  
Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, aceitar a proposta da Câmara Municipal, relativamente às novas competências previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, respeitante à área da educação, a serem transferidas para a CIRA.-----

**Vinte e dois votos a favor:** Alexandre Machado, António Cruz, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Elmano Silva, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Sónia Correia e Tony Martins.-----

**Seis abstenções:** Ana Tavares, António Dias, António Monteiro, Natália Nogueira, Pedro Mendes e Sérgio Silva.-----

**1.7 Transferência de Competências para a CIRA – Saúde:** - Foi presente uma proposta da Câmara Municipal relacionada com a deliberação tomada pelo Conselho Intermunicipal da

Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), na sua sessão ordinária realizada no passado dia 18 de março de 2019, sobre o processo de descentralização, na área da saúde. Aberto um período para intervenções, pelo presidente da Assembleia Municipal, foi registada a seguinte:-----

**António Monteiro** disse tratar-se de uma matéria em que seria possível a concordância com os demais partidos e com a proposta da Câmara Municipal, embora não diria que subscreveria toda a declaração do senhor presidente da Câmara Municipal em exercício, pela simples razão de que tinha acabado por ser um pouco lacónico face aos problemas que, em matéria da saúde, havia pela frente, no que dizia respeito à descentralização. Afirmou faltar todo um trabalho prévio com as autoridades na área da saúde para que pudesse haver uma prévia capacitação institucional e esse, provavelmente, na sua opinião, acabaria por ser o maior problema relativamente àquela matéria, pela dificuldade no diálogo com essas mesmas entidades. Disse haver um problema de audição grave, por parte da administração central, em especial das autoridades de saúde, para darem resposta à reivindicação de reposição do horário alargado do Centro de Saúde de Sever do Vouga, sendo que, não sendo capazes de responder a uma matéria tão simples, como é que se conseguiria ter um diálogo que proficuo que permitisse ir mais além e ser a CIRA, com a representação do município de Sever do Vouga, a gerir tudo isso sem que, na realidade, fosse apresentado todo um conjunto de dados fundamentais para que se pudesse saber no que é que se estavam a meter.-----

**Deliberação:**-----  
Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor dos membros presentes, aceitar a proposta da Câmara Municipal, relativamente às novas competências previstas no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, respeitante à área da saúde, a serem transferidas para a CIRA.-----

**1.8 Transferência de Competências para o Município – Saúde:** - Através do vice-presidente foi presente a proposta da câmara municipal, tomada na reunião ordinária realizada no passado dia 10 de abril de 2019, sobre o processo de descentralização.-----  
Seguidamente, foi dada a palavra aos membros que pretendessem intervir neste ponto da ordem de trabalhos, pelo que se registaram as seguintes intervenções.-----  
A primeira intervenção foi a de **Patrícia Santos** que disse ser uma luta constante e, sobretudo frustrante, para a bancada do PSD, falar de saúde, um termo que fica tão caro, quer emocionalmente, quer financeiramente e que, invariavelmente, tocava a todos. Deu o exemplo do atendimento complementar, que continuava encerrado há, praticamente, dezassete meses, depois do seu encerramento provisório. Afirmou que os mais cétricos poderiam, até, dizer que aquele serviço não fazia muita falta ao concelho, porque as pessoas quase que se tinham esquecido dessa realidade, o que era normal, uma vez que a população tinha de se adaptar à nova realidade e procurar alternativas, passando a acordar às cinco, ou seis, da manhã, para terem consulta no posto de saúde da sua localidade e que contava tostões para poder pagar consultas em consultórios privados. Mais disse que, embora o hospital se encontrava relativamente perto, num raio de cinquenta quilómetros, não o era para quem não tivesse transporte próprio ou familiares e vizinhos que os pudessem levar e que era um hospital com picos de afluência, pacientes em macas, nos corredores, sem assistência e já com mortes registadas por incapacidade de atendimento, portanto, questionava, tendo em conta que os médicos de família do concelho caminhavam a passos largos para a reforma, quem iria assegurar os precários postos de saúde quando isso acontecesse, uma vez que o município não iria assegurar essa transferência de competências de forma a que todos pudessem trabalhar para garantir uma eficaz qualidade na saúde dos severenses. Disse compreender que não estivessem reunidas todas as competências pretendidas, mas, em 2021, altura em que será obrigatória a transferência dessas competências, as mesmas estarão asseguradas, ou isso só será pensado na altura? Mais disse que, na página online do município, na área da saúde, tinha reparado que o último relatório de atividades datava de 2015 e o último plano de ação datava de 2016, sendo que, ou o tempo tinha parado na página online do município ou, realmente, a saúde



tinha deixado de ser uma prioridade. Afirmou ser por esse motivo, e por todos aqueles que tinham sido apresentados, que a bancada do PSD tinha apresentado uma moção para um plano municipal de saúde.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** fez uso da palavra para dizer que, quase a totalidade da intervenção de Patrícia Santos nada tinha a ver com o tema em causa, dando como exemplo o corpo clínico que permitia a substituição dos senhores clínicos que entravam na idade da reforma, sendo que, se o município deliberasse assumir, não podia fazê-lo por não ser da sua competência. Mais disse que esse assunto era uma das guerras constantes do executivo, uma vez que o Estado queria empurrar os assistentes operacionais e a limpeza dos edifícios e das áreas envolventes, só para dizer que tinha sido uma das coisas que tinha levado à não aceitação.-----

Após o período concedido para as intervenções, passou-se à votação deste ponto, tendo a Assembleia Municipal aprovado, por maioria, aceitar a proposta da Câmara Municipal, relativamente às novas competências previstas no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, pelo que ficou decidido em **não aceitar** a transferência de competências na área da saúde, no presente ano de 2019.-----

**Vinte votos a favor** – Alexandre Machado, Ana Tavares, António Dias, António Monteiro, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Custódio Lima, David Alves, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Natália Nogueira, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Sónia Correia.-----

**Oito abstenções** - António Cruz, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Paula Coutinho e Tony Martins.-----

**1.9 CPCJ – Designação de Cidadão Eleitor:** - Na sequência do exposto no ofício datado de 26 de fevereiro de 2019, remetido pelo presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sever do Vouga, a solicitar a substituição do membro designado por esta Assembleia Municipal, Ana Paula Tavares Amador Hadden, uma vez que tinha manifestado a sua indisponibilidade para continuar a integrar aquela comissão, foi entregue uma proposta dos líderes dos grupos municipais para a nomeação de Cláudia Maria Rodrigues Silva. Tony Martins procedeu à leitura da proposta elaborada pelos líderes das bancadas.-----

Seguidamente, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, e foi nomeada Cláudia Maria Rodrigues Silva, como membro da CPCJ. A proposta foi aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, um voto contra e três votos em branco, tendo participado todos os membros que estiveram presentes.-----

**1.10 Relatório de Atividades da CPCJ:** - Foi dado conhecimento, ao órgão deliberativo, o Relatório de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sever do Vouga 2018. Aberto, pelo presidente da Assembleia Municipal, um período para intervenções, foram registadas as seguintes:-----

A primeira intervenção foi a de **Pedro Mendes** que disse realçarem, daquele relatório, algumas coisas que, na sua opinião, eram de importância e, outras, de extrema importância. Em primeiro lugar, disse ser referida a necessidade de uma viatura própria e exclusiva que pudesse estar afeta àquela comissão, tendo detetado existir uma viatura partilhada, mas sem motorista, pressupondo que, à partida, quem trabalhava naquela comissão, teria de ter, obrigatoriamente, carta de condução para se poder deslocar. Falou sobre a referência no relatório à forma de comunicação daquela comissão, o Facebook, que não era do conhecimento das pessoas, dizendo que, a Câmara Municipal podia ajudar a comissão a comunicar melhor para se dar a conhecer. Em terceiro lugar, referiu a necessidade de uma sala de espera com condições adaptadas a crianças, uma preocupação que gostaria de trazer em função daquele relatório. Disse que, mais grave e de maior importância acrescida e que devia fazer, a todos, refletir, tendo em conta o caráter e as características daquela comissão, era a referência que fazia à ausência de áreas privadas, sem serem compartilhadas, de trabalho e de acompanhamento de pessoas, o que colocava em causa a individualização e a própria privacidade das pessoas que eram atendidas e que se deslocavam àquela esta comissão. Finalmente, referiu a ausência de uma câmara de filmar

para crianças, e que, inclusivamente, era indicada a impossibilidade de se cumprir com o artigo 84º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Patrícia Santos** que disse não tirar ilações nenhuma do documento em apreço, uma vez que se tratava de uma espécie de relatório, um copy/paste tirado e apresentado, não conseguindo perceber o que era aquilo nem para que servia. Referiu que, a partir da página 53, surgia o plano de atividades para 2019, nem sequer se tinham dado ao trabalho de alterar as datas do quadro das ações desenvolvidas, no âmbito das competências da mobilidade alargada, que estava na página 58. Ou o quadro estava fora de contexto e pertencia, efetivamente, a 2018, e não a 2019, ou então nem sequer se tinham dado ao trabalho de verificar as cópias do mesmo, o que revelava o comodismo que a Câmara Municipal tinha, porque nem sequer estava em causa os elementos, nem o profissionalismo daquela comissão, muito pelo contrário, o que estava em causa era, como é que se ia projetar o futuro, se havia um relatório que assentava no passado? Perguntou se o relatório não tinha servido de nada para melhorar o plano para 2019. Mais perguntou qual é que era o grau de exigência, o rigor, e a excelência, uma vez que achava que todos queriam a excelência naquilo em que trabalhavam. Disse considerar que não era essa a imagem que Sever do Vouga queria passar num assunto tão delicado.----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** fez uso da palavra para pedir ao presidente da Assembleia Municipal para fazer chegar à CPCJ, com conhecimento à Câmara Municipal as referências feitas pelos dois membros intervenientes. Em relação à intervenção de Pedro Mendes, informou que iria existir verba para a disponibilização de uma viatura, por serem atividades conexas com o Serviço de Ação Social. Quanto às instalações, informou ter sido assinado o pedido para a encomenda de uma divisória, para a criação de mais uma sala, precisamente para a privacidade, para se ir melhorando as instalações existentes, sendo que, todas as notas apresentadas pelo membro iriam ser satisfeitas, como era dever da Câmara Municipal. Quanto à intervenção de Patrícia Santos, disse ter registado a mesma, e que seria encaminhada, esclarecendo que estava a confundir a CPCJ com a Câmara Municipal, uma vez que a CPCJ era uma entidade custeada pela Câmara Municipal que, por sua vez, tinha de ter lá um representante.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** disse que iria fazer chegar a apreciação feita pelos senhores deputados, à CPCJ, assim que a ata da sessão fosse aprovada.-----

**1.11 Relatório de Avaliação da RIVD – Rede de Intervenção na Violência Doméstica:** - O órgão deliberativo tomou conhecimento do relatório de avaliação da Rede de Intervenção na Violência Doméstica.-----

**1.12 Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos – Compromissos Plurianuais:** - Foi presente um pedido de autorização, por parte da Câmara Municipal, para a assunção de compromissos plurianuais na sequência da contratação da “Aquisição de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos a destino final pelas entidades que integram o Agrupamento de Entidades Adjudicantes compostos pelos municípios de Estarreja, Águeda, Murtosa e Sever do Vouga”.-----

O presidente da Assembleia Municipal abriu um período para intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----

A primeira intervenção foi a de **António Monteiro** que começou por referir ter havido vários tipos de experiência, por parte de diferentes municípios, no que diz respeito à contratação externa, ou a própria administração direta, relativamente ao transporte de resíduos em questão e que, até à data, ainda a não tinha ouvido nenhum município a dizer que estava particularmente satisfeito. Perguntou se a Câmara Municipal tinha algum estudo económico que pudesse servir de previsão para a elaboração do preço base do contrato. Em relação às experiências negativas sentidas por outros municípios, perguntou quais tinham sido, no fundo, as lições aprendidas com as mesmas, para que não se repetissem, agora, numa escala maior, uma vez que gostaria de perceber que cautelas é que estavam a existir em relação a essa questão. Referiu ter notado, nos orçamentos de 2018 e 2019, a existência de uma verba aberta para a taxa de resíduos e, estando a verba aberta, disse correr-se sempre o risco de, em determinada altura, a Câmara Municipal vir propor

que se repercute aquele custo nos municípios, portanto, solicitou informação sobre os pontos enunciados.-----

De seguida, foi dada a palavra a **Elmano Silva** que disse competir aos municípios, perante a lei, assegurar a gestão e planeamento dos sistemas municipais de limpeza pública, da recolha e encaminhamento para locais de tratamento adequados, assegurando, ainda, a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros à superfície, bem como a recolha de resíduos de construção e demolição da sua responsabilidade. Afirmou que, uma vez que o município de Sever do Vouga incorporava o agrupamento de entidades adjudicantes, juntamente com os municípios de Águeda, Estarreja e Murtosa, e uma vez que iriam ser ajustados os compromissos, dever-se-ia ter em conta os pressupostos de que o objeto da presente prestação de serviços não contemplava, uma delas sendo o horário de recolha, especialmente nos contentores enterrados nas zonas urbanas, pois, aquilo a que assistia era a recolha em horas de ponta, dificultando a vida dos municípios. Afirmou que a lavagem, a desinfecção, a desodorização e a manutenção dos contentores nem sempre era feita nos prazos adequados, originando ao aparecimento de cheiros intensos. Alertou para a localização adequada dos contentores, a análise e o estudo prévio da localização dos contentores do concelho como, também, a recolha mais eficaz de monos, reforçando a informação das datas e locais de recolha. Referiu que as lixeiras a céu aberto, lamentavelmente, ainda se registavam em alguns locais do concelho, conforme vários relatos mostrados através das redes sociais, apelando a uma maior divulgação daquelas competências municipais para diminuir aquele tipo de episódios, através do reforço da informação e a sensibilização da população, dinamizando ações de sensibilização e educação ambiental. Perante os dados que apresentados, disse entender que, a proposta apresentada, além de se apresentar muito incompleta, não explicava as mais-valias da privatização daqueles serviços, nem as vantagens que trará para o concelho, não demonstrando a poupança efetiva prevista para os cofres do município, nem a redução de custos para o município, nem o porquê de um horizonte temporal tão grande, de cinco anos, mais dois de opção. Em suma, disse que o contrato possuía um caderno de encargos muito aquém do desejável.-----

Foi dada a palavra ao **Vice-presidente da Câmara Municipal**, que explicou estar em causa a assunção, ou não, dos compromissos plurianuais sobre o tal horizonte de cinco ou oito anos e, começando pela estranheza do membro Elmano Jorge, disse ser evidente que, aquele tipo de uma prestação de serviços tinha de ser por um prazo daqueles, não podendo ser inferior porque, se não, não havia concorrentes e estava sujeito o concurso a ficar deserto. Quanto ao preço, informou que o valor proposto era de trinta e um euros por tonelada, o que representava, com base no estudo, um encargo anual de noventa e nove mil euros e, feitas as contas, em custos diretos e indiretos, atualmente, a recolha que estava a ser feita representava um custo de cerca de cento e quarenta mil euros anuais. Quanto às garantias, disse estar tudo plasmado no caderno de encargos, elaborado por vários municípios precisamente para que não se repita aquilo que tinha corrido menos bem. Mais disse que, embora o município não tivesse essa experiência de recolha, exceto da recolha do lixo seletivo, anuíam com fundadas esperanças de obterem um serviço melhor e mais barato e que, fundamentalmente, tinha sido essa a razão de aderir ao agrupamento de entidades adjudicantes.-----

A vereadora **Elisabete Henriques** interveio para explicar que, o valor proposto tinha sido calculado por uma comissão de trabalho, composta por si, os presidentes dos três restantes municípios e um técnico de cada município. Mais informou terem estado em articulação com os municípios da Figueira da Foz, Aveiro, Oliveira de Azeméis e Ovar para aferir em relação aos preços do setor, quais os valores médios por tonelada que são praticados, para se chegar ao valor por tonelada que consta na proposta. Disse considerar que o serviço iria ficar ligeiramente mais barato em relação ao atual, mas que o grande ganho que se previa, no caso de Sever do Vouga, era na lavagem e na frequência da recolha. Mais informou que a recolha passaria a ser feita três vezes por semana fora das freguesias, e diariamente

dentro das freguesias e que estava prevista a mudança de todos os contentores, cuja limpeza seria feita uma vez por mês, trazendo uma mais-valia ao concelho.-----

**Deliberação:**-----

Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, a assunção de compromissos plurianuais na sequência da contratação da “Aquisição de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos a destino final pelas entidades que integram o Agrupamento de Entidades Adjudicantes compostos pelos municípios de Estarreja, Águeda, Murtosa e Sever do Vouga”.-----

**Dezasseis e dois votos a favor:** Alexandre Machado, António Cruz, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Custódio Lima, David Alves, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Sérgio Silva e Sónia Correia.-----

**Doze abstenções:** Ana Tavares, António Dias, António Monteiro, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Elmano Silva, Natália Nogueira, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes e Tony Martins.-----

**1.13 Relatório de Ponderação da Discussão Pública sobre o REOT e da Versão Final do REOT – Apreciação:**

- Para efeitos de apreciação, por parte do órgão deliberativo, foi presente o relatório de ponderação da discussão pública do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** abriu um período de intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----

A primeira intervenção foi a de **Ana Tavares** que disse ter verificado, no relatório apresentado, o que há muito, conheciam, que era a diminuição da população no concelho. Disse, no entanto, ter havido um aumento significativo da população com mais de sessenta e cinco anos e uma diminuição, ainda maior, nos jovens até aos catorze anos, referindo que aqueles dados colocavam o concelho como sendo envelhecido, incapaz de renovar, manter ou aumentar a sua população. Disse reconhecer ser uma situação comum no país, no entanto, pediu que houvesse uma reflexão, por parte de quem gere o concelho, sobre as políticas que tem apresentado e os fracos resultados obtidos, pois Sever do Vouga era um concelho conhecido pela sua beleza e bastante apetecível de visitar, devendo ser feita alguma coisa para que ele, também, se torne atrativo para viver e, assim, fixar população.

De seguida, foi dada a palavra a **António Monteiro** que disse esperar muito mais da apresentação daquele relatório por parte da Câmara Municipal, documento importante que fazia o diagnóstico da situação do concelho, sendo que, se não olharem para os problemas identificados no mesmo, e para as pistas que eram dadas, era evidente que, depois, nunca se conseguiria trabalhar uma estratégia para evitar que aquilo que estava a acontecer no concelho de Sever do Vouga. Afirmou que o documento era fundamental, do ponto de vista de planeamento, e que não devia ser tratado como se fosse mais um papel qualquer, o que lhe fazia um pouco de impressão, por isso, não admirava que, muitas vezes, aquilo que percebiam era que, a atual maioria parecia cruzar os braços, não se preocupando com o que estava a acontecer e que não tinha uma estratégia, estando esgotada e cansada, sem agilidade nem capacidade para inverter o declínio demográfico do concelho. Referenciou o slogan da campanha do CDS “*é preciso voltar a crescer*”, dizendo que essa devia ser a principal preocupação. Mais disse ser necessário saber distinguir entre aquilo que era importante e aquilo que era menos importante, daquilo que, podia até ser urgente, mas que não podia ofuscar o tratamento das questões mais importantes porque, muitas vezes, as questões fundamentais podiam não surgir como sendo urgentes, mas que eram essas questões importantes que podiam melhorar o concelho, sendo fundamental saber olhar para elas e saber inverter a situação a que se assistia, nomeadamente, do declínio demográfico; daquilo que eram as novas gerações em idade reprodutiva que escolhiam concelhos vizinhos para viver, o que significava que os seus filhos já não iam viver em Sever do Vouga; daquilo que era a importância da oferta de emprego para que o concelho fosse mais atrativo, a oferta de habitação em condições, de diversificação, de aposta no turismo, de aproveitar os recursos endógenos, criando uma nova atratividade turística centrada no

Rio Vouga e, havendo ali muita reflexão feita, que mereceria ter um debate político sério, merecia ser desenvolvido e devia ser, estrategicamente, o centro da discussão das políticas para aquilo que se quer no futuro deste concelho.-----

A intervenção seguinte foi a de **Paulo Lourenço** que afirmou ser apresentado no relatório o que todos já sabiam que, por inércia, ou desleixo, do executivo, o concelho vinha a perder população, com uma acentuada redução demográfica, facto para o qual a sua banca, já por inúmeras vezes, tinha questionado o executivo sobre o que pretendia fazer para inverter aquela situação. Disse existir um abrandamento no desenvolvimento empresarial, o que não se verificava nos conselhos vizinhos e, mais uma vez, vinha à memória a falta de um acesso digno que permita o fácil transporte de matérias e produto acabado, o que parecia não ser verdade para o executivo, que referia ter o conselho dotado de boas vias de comunicação. Referiu ter verificado, ainda, que toda a publicação tinha sido feita pelo município, em diversos meios de comunicação e nas juntas de freguesia, mas, por lapso, ou omissão, não se encontrava a mesma publicação no jornal local, o que, para si, tinha sido uma surpresa, mas, certamente, o executivo teria uma explicação. Disse terem sido, também, alertados para o facto de, em algumas juntas de freguesia, a publicação ter sido feita em cima do prazo limite, não permitindo muito tempo para serem apreciadas as alterações ou pedidos para tal.-----

Foi dada a palavra ao **Vice-presidente da Câmara Municipal**. Perguntou ao membro António Monteiro, quem era o senhor para dizer que aquele documento não tinha merecido a atenção do executivo? Informou que o documento tinha sido elaborado por uma equipa técnica, acompanhada pelos técnicos do município, e que tinha havido variadíssimas reuniões em Sever do Vouga, assim como na CCDR, tendo havido questões em que se tinham preocupado muito, e com o cuidado de verificar se o PDM estava a ser executado em conformidade com a lei. Mais disse que o documento tinha sido visto e revisto e analisado pela Câmara Municipal e agora o membro dizia que não tinha visto nem discutido, mas ele tinha sido publicitado por todas as formas, não tendo sido apresentado qualquer contributo. Afirmou que, quem não ligava era o membro António Monteiro, porque podia ter dado contributos e não deu. Sobre a pecha apresentada, do decréscimo da população, afirmou que a população até estava a aumentar e que se aguardasse os próximos Censos para verificação. Sobre o comentário de que havia pessoas que escolhiam concelhos vizinhos para viver, afirmou haver muitos casos de pessoas de concelhos vizinhos que vinham viver para Sever do Vouga.-----

-----**Período destinado ao público**-----

Não houve qualquer participação neste período.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----